

# PERCURSO DE INSERÇÃO PROFISSIONAL dos Diplomados da NOVA entre 2010 e 2016

Relatório Síntese – Licenciados, Mestres e Doutores

Autoria:

Miguel Chaves (CICS.NOVA e NOVA FCSH) -  
Coordenador do OBIPNOVA

Tratamento de Dados:

Miguel Gago (Divisão de Garantia da Qualidade  
da Reitoria da NOVA)

Leitura e validação:

Comissão Científica do OBIPNOVA



---

**ÍNDICE**


---

1.	Introdução e conclusão sumária .....	4
1.1.	Situação perante a atividade e taxas de emprego e desemprego	4
1.2.	Ajustamento do emprego ao nível de instrução (“ajustamento vertical”) e à área de formação (“ajustamento horizontal”)	5
1.3.	Níveis de rendimento	5
1.4.	Situação perante a profissão	6
1.5.	Natureza jurídica das entidades empregadoras	6
1.6.	Setores de atividade	6
1.7.	Posicionamento dos diplomados face à possibilidade de emigrarem	7
1.8.	Posicionamento dos diplomados face à escolha do mesmo curso e da mesma escola onde obtiveram o diploma	8
2.	Licenciados .....	8
2.1.	Situação perante a atividade dos licenciados	9
2.2.	Taxas de Emprego e Desemprego dos licenciados e número de licenciados inscritos em centros de emprego para procurar um emprego	10
2.3.	Percentagem de licenciados que prosseguiram estudos	11
2.4.	Ajustamentos vertical e horizontal da atividade profissional dos licenciados	12
2.5.	Níveis médios de remuneração líquida dos licenciados	14
2.6.	Natureza jurídica da entidade empregadora dos licenciados	14
2.7.	Setores de atividade em que os licenciados exercem a sua profissão	15
2.8.	Situação dos licenciados na sua profissão	16
2.9.	Posicionamento dos licenciados face à possibilidade de emigrar	17
2.10.	Percentagens de licenciados que voltariam a escolher o mesmo Ciclo de Estudos e que voltariam a escolher o mesmo estabelecimento de ensino	18
3.	Mestres .....	20
3.1.	Situação perante a atividade dos mestres	20
3.2.	Percentagem de mestres que prosseguiram estudos	21
3.3.	Proporção de bolseiros de investigação, mestrado, doutoramento ou pós-doutoramento no total de mestres	22
3.4.	Taxas de Emprego e Desemprego dos mestres e número de mestres inscritos em centros de emprego para procurar um emprego	22
3.5.	Ajustamentos vertical e horizontal da atividade profissional dos mestres	23
3.6.	Níveis médios de remuneração líquida dos mestres	25
3.7.	Natureza jurídica da entidade empregadora dos mestres	25
3.8.	Situação dos mestres na sua profissão	26
3.9.	Setores de atividade em que os mestres exercem a sua profissão	27

3.10.	Posicionamento dos mestres face à possibilidade de emigrarem	28
3.11.	Percentagem de mestres que voltariam a escolher o mesmo Ciclo de Estudos e que voltariam a escolher o mesmo estabelecimento de ensino	29
4.	Doutores .....	31
4.1.	Situação perante a atividade dos doutorados	31
4.2.	Percentagem de doutorados que prosseguiram estudos	31
4.3.	Proporção de bolseiros de investigação, mestrado, doutoramento ou pós-doutoramento no total de doutorados	32
4.4.	Taxas de Emprego e Desemprego dos doutorados e número de doutorados inscritos em centros de emprego para procurar um emprego	33
4.5.	Ajustamentos vertical e horizontal da atividade profissional dos doutorados	34
4.6.	Níveis médios de remuneração líquida dos doutorados	35
4.7.	Natureza jurídica da entidade empregadora dos doutorados	36
4.8.	Setores de atividade em que os doutorados exercem a sua profissão	37
4.9.	Situação dos doutorados na sua profissão	38
4.10.	Posicionamento dos doutorados face à possibilidade de emigrarem	39
4.11.	Percentagem de doutorados que voltariam a escolher o mesmo Ciclo de Estudos e que voltariam a escolher o mesmo estabelecimento de ensino.	40

---

## ÍNDICE DE FIGURAS

---

Figura 1. Situação perante a atividade dos licenciados da UNL, um ano após a conclusão do grau.....	9
Figura 2. Taxas de Emprego e Desemprego (calculadas segundo os critérios do INE) e número de inscritos em centros de emprego para procurar um emprego, dos licenciados da UNL, um ano após a conclusão do grau .....	10
Figura 3. Percentagem de licenciados da UNL que prosseguiram estudos noutra licenciatura, pós-graduação, mestrado ou doutoramento .....	11
Figura 4. Ajustamento entre a atividade profissional e o nível de instrução dos licenciados da UNL, um ano após a conclusão do grau .....	12
Figura 5. Ajustamento declarado entre a atividade profissional e a área científica de formação dos licenciados da UNL, um ano após a conclusão do grau .....	13
Figura 6. Níveis médios de remuneração líquida dos licenciados da UNL, um ano após a conclusão do grau .....	14
Figura 7. Natureza jurídica da entidade empregadora dos licenciados da UNL, um ano após a conclusão do grau.....	15
Figura 8. Setores de atividade em que os licenciados da UNL exercem a sua profissão, um ano após a conclusão do grau .....	16
Figura 9. Situação dos licenciados da UNL na sua profissão, um ano após a conclusão do grau .....	17
Figura 10. Posicionamento dos licenciados da UNL (apenas os de nacionalidade portuguesa), no momento em que foram inquiridos, face à possibilidade de emigrar.....	18
Figura 11. Percentagem de licenciados da UNL que, no momento da inquirição, voltariam a escolher o mesmo Ciclo de Estudos.....	19
Figura 12. Percentagem de licenciados da UNL que, no momento da inquirição, voltariam a escolher o mesmo estabelecimento de ensino .....	19
Figura 13. Situação perante a atividade dos mestres da UNL, um ano após a conclusão do grau.....	20
Figura 14. Percentagem de mestres da UNL que prosseguiram estudos noutra licenciatura, pós-graduação, mestrado ou doutoramento .....	21
Figura 15. Proporção de bolsheiros de investigação, mestrado, doutoramento ou pós-doutoramento no total de mestres .....	22
Figura 16. Taxas de Emprego e Desemprego (calculadas segundo os critérios do INE) e número de inscritos em centros de emprego para procurar um emprego, dos mestres da UNL, um ano após a conclusão do grau .....	23
Figura 17. Ajustamento entre a atividade profissional e o nível de instrução dos mestres da UNL, um ano após a conclusão do grau .....	24
Figura 18. Ajustamento declarado entre a atividade profissional e a área científica de formação dos mestres da UNL, um ano após a conclusão do grau .....	24
Figura 19. Níveis médios de remuneração líquida dos mestres da UNL, um ano após a conclusão do grau .....	25
Figura 20. Natureza jurídica da entidade empregadora dos mestres da UNL, um ano após a conclusão do grau .....	26
Figura 21. Situação dos mestres da UNL na sua profissão, um ano após a conclusão do grau .....	27
Figura 22. Setores de atividade em que os mestres da UNL exercem a sua profissão, um ano após a conclusão do grau .....	28
Figura 23. Posicionamento dos mestres da UNL (apenas os de nacionalidade portuguesa), no momento em que foram inquiridos, face à possibilidade de emigrar.....	29
Figura 24. Percentagem de mestres da UNL que, no momento da inquirição, voltariam a escolher o mesmo Ciclo de Estudos .....	30
Figura 25. Percentagem de mestres da UNL que, no momento da inquirição, voltariam a escolher o mesmo estabelecimento de ensino .....	30
Figura 26. Situação perante a atividade dos doutorados .....	31
Figura 27. Percentagem de doutorados que prosseguiram os estudos .....	32
Figura 28. Proporção de bolsheiros de investigação, mestrado, doutoramento ou pós-doutoramento no total de doutorados.....	33
Figura 29. Taxas de Emprego e Desemprego (calculadas segundo os critérios do INE) e número de inscritos em centros de emprego para procurar um emprego, dos doutorados da UNL, um ano após a conclusão do grau .....	34
Figura 30. Ajustamento entre a atividade profissional e o nível de instrução dos doutorados da UNL, um ano após a conclusão do grau.....	35
Figura 31. Ajustamento declarado entre a atividade profissional e a área científica de formação dos doutorados da UNL, um ano após a conclusão do grau .....	35
Figura 32. Níveis médios de remuneração líquida dos doutorados da UNL, um ano após a conclusão do grau .....	36
Figura 33. Natureza jurídica da entidade empregadora dos doutorados da UNL, um ano após a conclusão do grau .....	37
Figura 34. Setores de atividade em que os doutorados da UNL exercem a sua profissão, um ano após a conclusão do grau .....	38
Figura 35. Situação dos doutorados na sua profissão .....	39
Figura 36. Posicionamento dos doutorados da UNL (apenas os de nacionalidade portuguesa), no momento em que foram inquiridos, face à possibilidade de emigrar.....	40
Figura 37. Percentagem de doutorados da UNL que, no momento da inquirição, voltariam a escolher o mesmo Ciclo de Estudos .....	40
Figura 38. Percentagem de doutorados da UNL que, no momento da inquirição, voltariam a escolher o mesmo estabelecimento de ensino .....	41

## 1. Introdução e conclusão sumária

O Observatório da Inserção Profissional dos Diplomados da Universidade NOVA de Lisboa (OBIPNOVA) desenvolve as suas atividades, envolvendo todas as unidades orgânicas (UO), no quadro da área de responsabilidade da Reitoria que concerne à Empregabilidade.

O presente relatório foi realizado tendo por base os dados nucleares das inquirições realizadas pelo OBIPNOVA ao percurso de inserção profissional dos diplomados da Universidade NOVA de Lisboa (UNL) que concluíram o seus cursos nos anos letivos de 2010 a 2016. Todos esses inquéritos, aplicados anualmente, procuraram retratar a situação profissional dos licenciados, mestres e doutores da NOVA, de cada uma das coortes, exatamente um ano após a obtenção da respetiva titulação.

As amostras, estatisticamente representativas, têm por base margens de erro reduzidas (principalmente no caso dos licenciados e mestres), permitindo assim depositar uma confiança considerável na fiabilidade dos dados (Cf. Relatório Metodológico).

Os inquéritos do OBIPNOVA proporcionam, além disso, a possibilidade de se descrever, sinteticamente, o cenário de inserção dos diplomados das diversas unidades orgânicas e de todos os ciclos de estudo. Neste documento, disponibilizam-se apenas os resultados para o conjunto da Universidade sem se proceder a segmentações.

Neste sumário inicial, pretendemos delinear as tendências evolutivas gerais, repartindo-as por algumas das dimensões-chave de caracterização do cenário de inserção.

### 1.1. Situação perante a atividade e taxas de emprego e desemprego

A percentagem de desempregados e a “taxa de desemprego” conheceram uma evolução similar nos três níveis de escolaridade (licenciados, mestres e doutores), aumentando consideravelmente com a intensificação da crise económica e financeira. Entre os licenciados, o agravamento do desemprego tornou-se muito nítido na coorte de 2011. Junto dos mestres e doutores, evidenciou-se, sobretudo, na coorte de 2012. Em qualquer dos graus, porém, o desemprego decresceu de forma significativa a partir da coorte de 2013, mantendo-se numa trajetória descecente até à última coorte considerada: 2016.

Junto dos doutorados, a redução da “taxa de desemprego” coincidiu com um aumento da “taxa de emprego”. Entre licenciados e mestres, tal coincidência não se verificou, pelo menos nas coortes mais recentes (2015 e 2016), pois, tanto a “taxa de emprego” como a de “desemprego” diminuíram em simultâneo. A redução de ambas ficou a dever-se a um incremento significativo do número de inativos, aumento que se encontra largamente relacionado com o acréscimo do número de licenciados e mestres que continuaram a estudar, sem procurarem trabalho.

Em termos gerais, e seja qual for a coorte, é notório que a taxa de desemprego é tanto mais baixa, e a taxa de emprego tanto mais elevada, à medida que transitamos dos licenciados para os mestres e destes para os doutores.

## **1.2. Ajustamento do emprego ao nível de instrução (“ajustamento vertical”) e à área de formação (“ajustamento horizontal”)**

Entre licenciados torna-se evidente uma redução progressiva do nível de “ajustamento vertical” ao longo das coortes, embora tal já não se verifique no caso do “ajustamento horizontal”. Para mestres e doutores, quer o ajustamento vertical, quer o horizontal, aumentaram nas duas coortes mais recentes: 2015 e 2016.

À semelhança da “taxa de emprego”, os resultados do ajustamento vertical e horizontal são tanto mais elevados quanto maior o nível de ensino superior que os indivíduos alcançaram.

## **1.3. Níveis de rendimento**

A orientação evolutiva dos níveis de rendimento é novamente similar entre os três níveis de ensino. Em qualquer deles sofreu uma redução até à coorte de 2014, melhorando nas seguintes, embora entre licenciados e mestres os rendimentos nunca tivessem atingido os valores de 2010. Só os doutorados das coortes de 2015 e 2016 parecem ter alcançado remunerações equivalentes às registadas por essa primeira coorte da presente década, além de terem sentido oscilações menos acentuadas do ponto de vista evolutivo ao longo das seis coortes em análise. É provável que, seja qual for o nível de ensino, a recuperação se tenha ficado a dever mais a uma redução da carga fiscal direta, em especial da taxa social única, do que a um aumento dos salários.

Observa-se que, independentemente do ano em análise, os níveis de rendimento aumentam de forma muito significativa à medida que se vai escalando os níveis de ensino.

#### 1.4. Situação perante a profissão

No que toca à situação perante a profissão, a aproximação de licenciados, mestres e doutores volta a evidenciar-se. Qualquer destes graus é marcado por uma acentuada supremacia dos “trabalhadores por conta de outrem”, verificando-se um ligeiro aumento dos “trabalhadores por conta própria” nas coortes cuja inserção decorreu no período de intensificação da crise económica e financeira, assim como nas duas coortes mais recentes: 2015 e 2016. Apenas no caso dos doutorados se verificou um aumento dos “trabalhadores por conta própria”, na coorte de 2016. Tratou-se, pois, de uma contratendência, que deverá ser acompanhada de futuro e suscitar uma análise mais pormenorizada.

#### 1.5. Natureza jurídica das entidades empregadoras

Uma vez mais o padrão evolutivo é similar entre licenciados, mestres e doutores. O “setor privado” vê intensificar-se muito o seu peso enquanto entidade empregadora ao longo do tempo. Inversamente, o “setor público” – formado pela Administração Pública e pelas Empresas Públicas ou Mistas – sofre um declínio significativo.

Entre licenciados e mestres, o setor privado é já responsável pela maioria dos empregos, a partir da coorte de 2012. Apenas entre os doutorados o “setor público” continua a ser maioritário nas coortes mais recentes, não obstante tenha também recuado.

Por sua vez, é também exclusivamente entre doutorados que a importância do conjunto formado pelas Fundações, IPSS e ONG's não decaiu. Para os mestres, mas sobretudo para os licenciados, a queda deste último género de entidades foi intensa, a ponto de o seu peso no emprego se ter tornado residual na coorte de 2016.

#### 1.6. Setores de atividade

Na evolução do perfil do emprego segundo setores de atividade, as diferenças entre diplomados com diferentes graus de ensino tornam-se bastante nítidas. No caso dos licenciados, o setor do *Comércio, Restaurantes e Hotéis*, fortemente associado ao turismo, conhece uma tendência de crescimento muito forte, a ponto de na coorte de 2016 se tornar responsável por um quarto do emprego total. A partir da coorte de 2015, este setor ultrapassou qualquer outro, relegando o dos *Serviços Prestados às Empresas*, que havia predominado até aí, para segundo lugar.

Junto dos mestres, o sector dos *Serviços prestados às empresas* continuou sempre a ser dominante, com exceção dos anos de 2015 e de 2010, nos quais foi ultrapassado pelo setor da *Saúde e a Ação Social*. É um facto que o setor do *Comércio, Restaurante e Hotéis* também aumentou, mas encontra-se muito longe de atingir a importância observada junto dos licenciados.

Para os doutorados, o setor da *Educação* continua a ser dominante, logo secundado pelo setor da *Saúde e Ação Social*, que tem vindo a ganhar crescente importância.

Apesar das diferenças, não deixam também de se registar duas tendências similares entre os três níveis de ensino. A primeira diz respeito a um aumento, da importância do setor da *Banca e dos Seguros*, nas duas últimas coortes. No que respeita aos licenciados e mestres, este setor parece ter recuperado, enquanto entidade empregadora, da perda muito significativa verificada nos anos de intensificação da crise. No caso dos doutorados, este setor despontou, pela primeira vez, na coorte de 2014, mantendo a sua presença nas seguintes.

A semelhança mais nítida entre os níveis de ensino verifica-se, porém, no setor *Educação*, pois, em qualquer deles, a sua importância relativa declina de forma muito expressiva ao longo das coortes. No caso dos licenciados e mestres o recuo da *Educação* é acompanhado pela queda do setor dos *Serviços Artísticos e Culturais*. A perda conjugada do peso de ambos os sectores, com claro destaque para o primeiro, ajuda a explicar o declínio do emprego público, que se observa, desde o início da década, entre os diplomados da NOVA.

### **1.7. Posicionamento dos diplomados face à possibilidade de emigrarem**

A partir de 2012, auge da crise económica-financeira, o OBIPNOVA começou a recolher dados acerca do modo como os diplomados se posicionavam face à possibilidade de emigrarem. Entendeu-se que esse dado constituiria um indicador indireto da sua perceção acerca da qualidade do cenário de emprego em Portugal. Considerou-se que os graduados tenderiam a manifestar tanto menos intenções de emigrar quanto mais avaliassem favoravelmente as suas oportunidades profissionais no contexto nacional, por comparação com as oportunidades de trabalho no estrangeiro. Ora, desde a coorte de 2012, momento em que a proclamação de intenções emigratórias foi mais elevada, verifica-se que a manifestação de disposições desse género tem vindo a decrescer, seja qual for o grau de ensino.

### **1.8. Posicionamento dos diplomados face à escolha do mesmo curso e da mesma escola onde obtiveram o diploma**

Postulou-se, por fim, que a manifestação de intenção de escolha do mesmo curso e do mesmo estabelecimento de ensino funcionariam como bons indicadores da avaliação global que os diplomados produzem da sua formação na NOVA. Como se poderá observar adiante, a intenção da escolha do mesmo curso é afirmada pela grande maioria dos diplomados, sendo ainda mais extenso o número daqueles que declaram que escolheriam a mesma escola. Também aqui as avaliações positivas aumentam com o nível de escolaridade alcançado.

Sendo certo que a questão da “empregabilidade” constitui apenas um dos vários elementos a considerar na avaliação que os diplomados produzem do seu curso e da sua escola, é muito provável que a sua relevância avaliativa nesse juízo global tenda a aumentar neste caso, uma vez que os inquiridos sabem de antemão que se encontram a responder a um inquérito acerca de inserção profissional.

## **2. Licenciados**

Os inquéritos levados a cabo pelo OBIPNOVA pretendem, antes de quaisquer outros desenvolvimentos, caracterizar a situação dos diplomados perante a atividade, apurando o número de “empregados”, “desempregados” e “inativos” de cada uma das coortes de graduados da NOVA. Para proceder a essas classificações, o Observatório segue os critérios preconizados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) e pelo EUROSTAT. A sua correta aplicação obriga a que, em sede de inquirição, todos os inquiridos sejam colocados perante uma mesma questão: “Na semana X, trabalhou pelo menos uma hora (trabalho pago)?”. Nos inquéritos OBIPNOVA, a semana X corresponde ao momento em que cada inquirido fez 1 ano após a conclusão do curso.

Na esmagadora maioria dos casos, a resposta afirmativa a esta pergunta determina a classificação dos indivíduos como “empregados”. Em caso de resposta negativa, os respondentes são classificados como “desempregados” se nas três semanas anteriores à semana X se encontravam disponíveis para trabalhar e haviam realizado diligências para procurar emprego; inversamente, são classificados como “inativos” se declararam que, nesse mesmo período, não se encontravam disponíveis para trabalhar ou não haviam desenvolvido esforços para encontrar trabalho.

A adoção das classificações oficiais e dos respetivos critérios tem como vantagem permitir-nos dispor de definições objetivas, estáveis e padronizadas para proceder à categorização dos indivíduos como “desempregados”, “empregados” e “desempregados”, além de nos facultar a possibilidade de cotejar várias

coortes ou de comparar os dados da NOVA com outros dados referentes a diplomados, nacionais e internacionais. A sua maior deficiência reside no facto de essas mesmas classificações autorizarem a classificação como "empregados" de indivíduos que, na realidade, se encontram numa situação bastante débil face ao mercado de trabalho, trabalhando poucas horas por semana e/ou usufruindo de baixas remunerações (ex.: aqueles que realizam biscates). Acreditamos, contudo, que o conjunto de informações suplementares que disponibilizamos neste relatório (em especial, as referentes ao "Nível de remuneração ou ao "Grau de adequação do emprego ao nível de instrução") nos permitem atenuar essa lacuna, acabando por nos facultar um quadro de caracterização global da situação profissional dos diplomados que consideramos bastante detalhado.

## 2.1. Situação perante a atividade dos licenciados

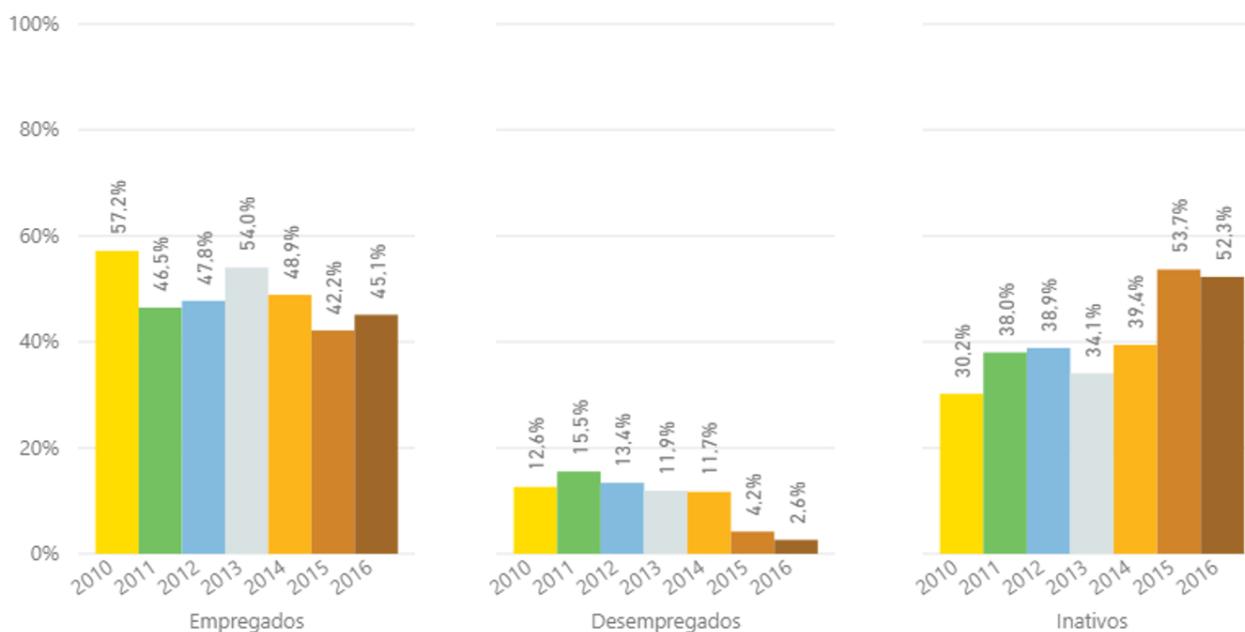


Figura 1. Situação perante a atividade dos licenciados da UNL, um ano após a conclusão do grau

Um ano após a conclusão da graduação, 45,1% dos indivíduos que obtiveram o diploma no ano letivo de 2016 estão "empregados" (com um quarto destes a declarar que o seu trabalho corresponde a um "estágio remunerado"). Apenas 2,6% se encontravam "desempregados", embora, como se pode observar na Figura 1, ascenda a mais de metade (52,3%) o número de diplomados classificáveis como "inativos".

Se compararmos o conjunto dos anos letivos em análise constatamos que se verificou uma queda abrupta da percentagem de empregados da coorte de 2010 para a de 2011 e a um aumento do número de desempregados, que ascendeu a 15,5%. Como era de prever, a coorte de 2011 enfrentou especiais dificuldades

de inserção no mercado de trabalho (é importante não esquecer que os dados se referem à situação em que os diplomados se encontravam um ano após a finalização do curso, o que coincide, na grande maioria dos casos, com semanas situadas entre julho e setembro de 2012).

Nas coortes seguintes – 2012, 2013 e 2014 – registou-se uma recuperação da percentagem de empregados, sem que, alguma vez, se tenha igualado a proporção alcançada em 2010. A percentagem de desempregados foi, no entanto, menor de 2013 em diante do que em 2010. Este facto deveu-se, em grande medida, ao aumento do número de inativos (aumento que também se havia verificado na coorte de 2011, mas que, nesse momento, não fora suficiente para impedir o crescimento do desemprego – a conjuntura económica era de tal modo depressiva que mesmo o aumento da inatividade não foi o bastante para atenuar a ascensão do número de indivíduos que, sem êxito, procuravam trabalho).

Nas duas coortes seguintes – 2015 e 2016 – as percentagens de desempregados diminuíram. Tal redução prendeu-se, fundamentalmente, com o crescimento intenso do número de inativos, não obstante se possa também ter verificado um aumento das oportunidades de emprego. Os motivos para o crescimento da inatividade registado nas duas últimas coortes serão desvendados adiante.

Tendo em conta estes dados, o volume e a evolução das “taxas de emprego” e de “desemprego”, patentes na Figura 2, eram, desde logo, fáceis de prever.

## 2.2. Taxas de Emprego e Desemprego dos licenciados e número de licenciados inscritos em centros de emprego para procurar um emprego

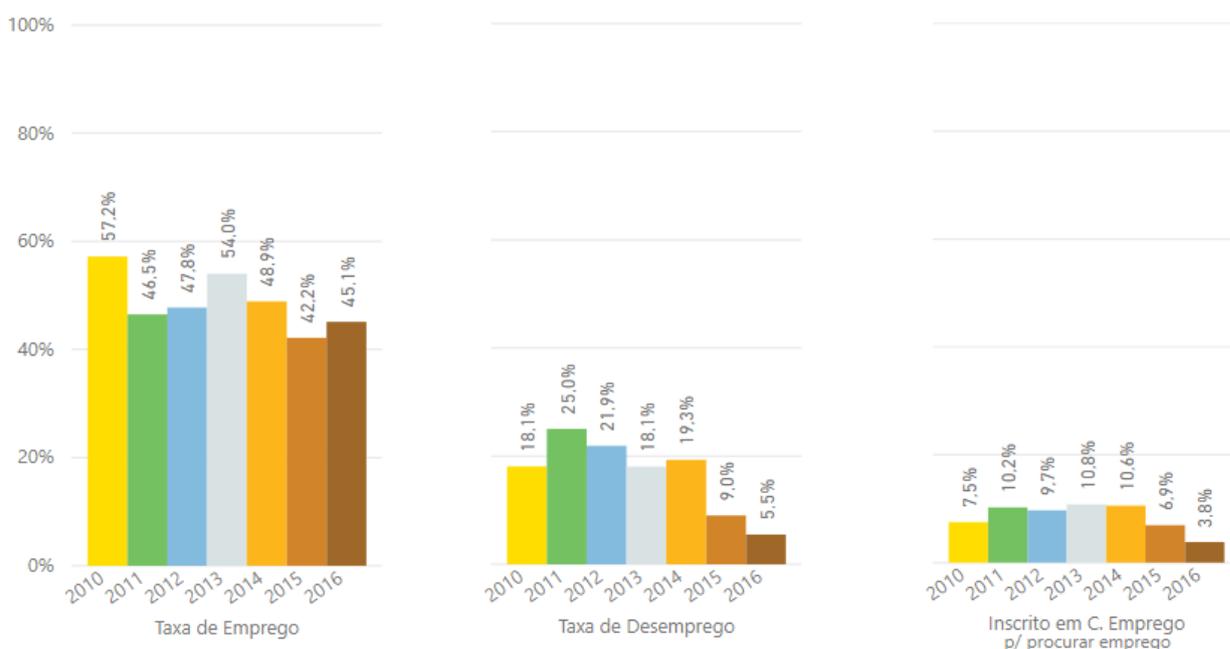


Figura 2. Taxas de Emprego e Desemprego (calculadas segundo os critérios do INE) e número de inscritos em centros de emprego para procurar um emprego, dos licenciados da UNL, um ano após a conclusão do grau

A taxa de desemprego aumentou de forma vertiginosa da coorte de 2010 para a de 2011 - instante em que atingiu um pico de 25% -, tendo recuado depois. Nos anos de diplomação de 2012, 2013 e 2014 esta redução fez-se claramente graças ao aumento do número de empregados. Em 2015 e 2016, a intensificação da descida do desemprego é especialmente atribuível ao aumento da inatividade.

### 2.3. Percentagem de licenciados que prosseguiam estudos

Sem prejuízo de aprofundamentos ulteriores, é nítido que o aumento da inatividade se ficou a dever, na sua maioria, ao número de indivíduos que prosseguiam estudos sem procurarem trabalho. Com efeito, na coorte de 2016, o número de licenciados que ainda estudavam aproximou-se muito da fasquia dos 70%, sendo, como seria de prever, dominante entre os inativos. Destes últimos, 84% encontravam-se exclusivamente a estudar, não desenvolvendo diligências ativas para encontrar emprego (cf. Figura 3).

A percentagem de estudantes atingiu também um nível considerável entre os empregados (54,5%). Por sua vez, entre os desempregados, o número de estudantes foi sempre, em qualquer das coortes, superior a um terço, mas declinou paulatinamente desde 2010. É possível que tal redução se tenha ficado a dever, pelo menos em parte, à crescente dificuldade de os indivíduos que se encontravam nessa condição custearem o preço das propinas, que, em diversos casos, se elevou.

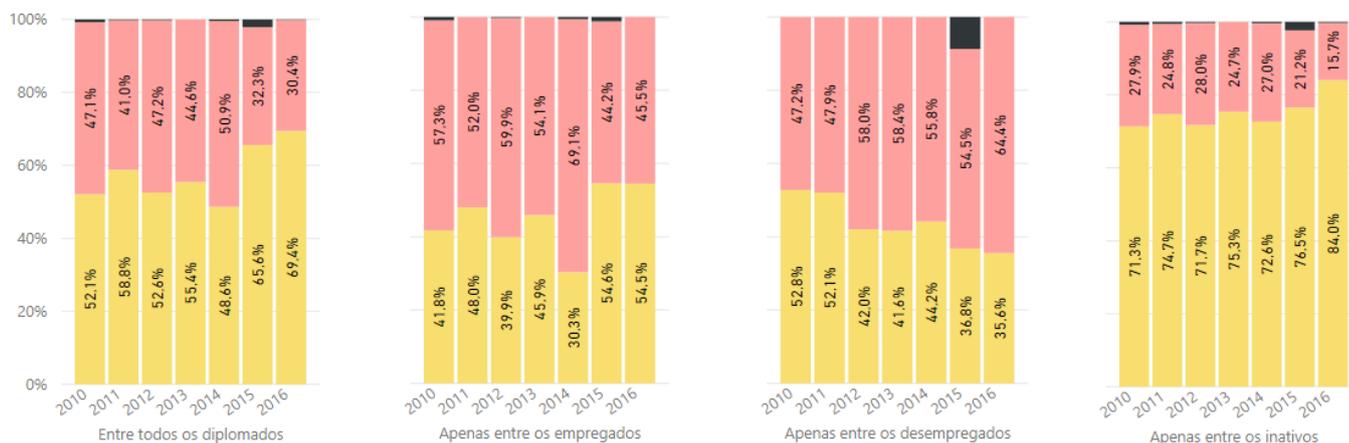


Figura 3. Percentagem de licenciados da UNL que prosseguiam estudos noutra licenciatura, pós-graduação, mestrado ou doutoramento

Por sua vez, o aumento do número de inativos-estudantes registado nas cortes de 2015 e 2016 leva-nos a colocar a hipótese de que se assistiu nesses dois últimos anos a uma intensificação da importância concedida à transição para 2.º Ciclo. Pelo menos na NOVA, tudo leva a crer que esse nível de interesse pelo 2.º Ciclo

tenha assumido um nível nunca antes alcançado desde a entrada em vigor do Tratado de Bolonha. Importa acompanhar se esta tendência se irá manter na coorte de 2017, ou se terá sido meramente conjuntural, acabando por se reverter.

#### 2.4. Ajustamentos vertical e horizontal da atividade profissional dos licenciados

Vejamos agora em que medida as atividades profissionais desenvolvidas pelos licenciados se adequam, por um lado, ao seu nível de instrução (“ajustamento vertical”) (Figura 4) e, por outro, à área do seu curso (“ajustamento horizontal”) (Figura 5). Ambas as variáveis são de enorme relevância para se aferir o grau de qualidade dos empregos em que esta população se encontrava inscrita um ano depois da diplomação.

Para avaliar o grau de “ajustamento vertical”, o OBIPNOVA utilizou novamente os critérios do EUROSTAT. Postula este que os indivíduos classificados nos grupos profissionais 1 (“Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, Dirigentes, Diretores e Gestores Executivos”); 2 (“Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas”) e 3 (“Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio”) se encontram numa posição profissional adequada a um nível de instrução superior<sup>1</sup>.

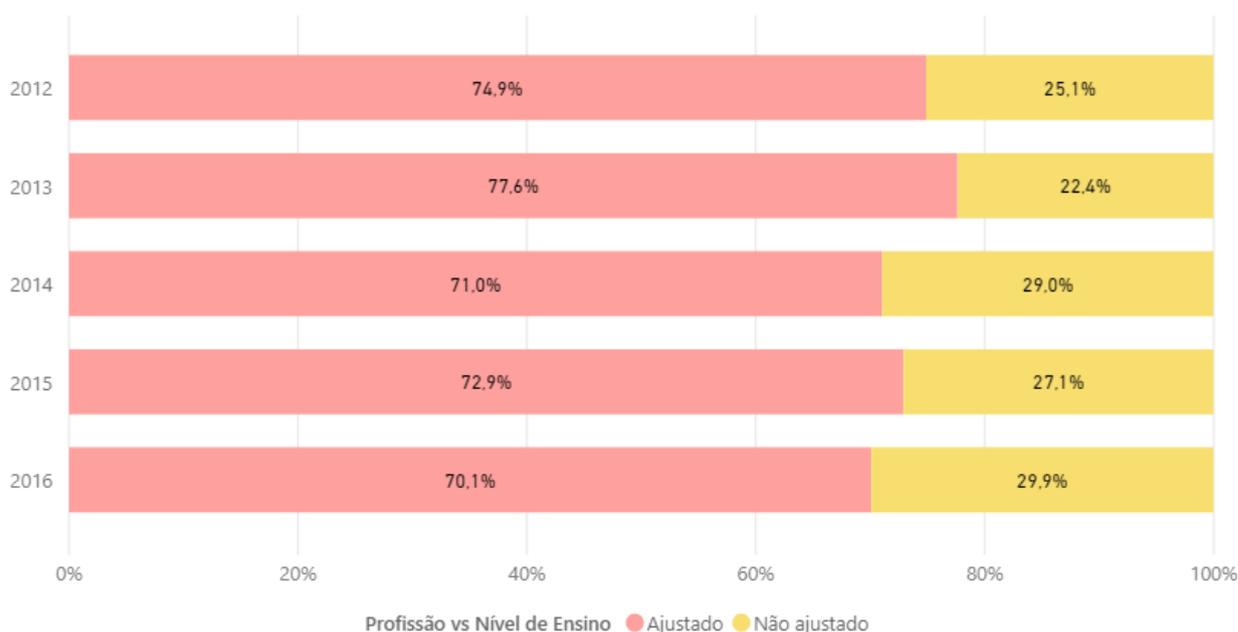


Figura 4. Ajustamento entre a atividade profissional e o nível de instrução dos licenciados da UNL, um ano após a conclusão do grau

<sup>1</sup>As três primeiras categorias da International Standard Classification of Occupations (ISCO), que integra a Classificação Portuguesa das Profissões de 2010 (CPP/2010), são reconhecidas como aquelas que “include posts to be typically occupied by tertiary education graduates”. Cf: Eurostat (2009), *Bologna Process in Higher Education in Europe. Key Indicators on the Social Dimension and Mobility*, Luxemburgo: Office for the Official Publications of the European Communities, pp. 131-137.

A convergência entre a atividade profissional dos licenciados e o seu nível de instrução (“ajustamento vertical”) é, na coorte de 2016, de 70,1%. Embora o número de licenciados em situação de ajustamento se mantenha em níveis positivos, a sua proporção tem vindo a decrescer desde a coorte de 2013, aquela em que o nível de ajustamento foi mais elevado, tendo chegado a abranger mais de três quartos dos licenciados empregados (77,6%).

Por sua vez, o grau de “ajustamento horizontal” (Figura 5) mantém-se estável, com flutuações, entre um máximo de ajustamento de 67,1% entre os diplomados de 2010, e mínimos na casa dos 61% nas forjas de 2012 e 2013.

Ao contrário do que sucede com o ajustamento vertical, os dados referentes ao ajustamento horizontal são obtidos a partir de uma avaliação realizada pelos próprios inquiridos, com recurso a uma escala de 10 dígitos, em que 1 significa que a atividade profissional se encontra “Totalmente desajustada à área de formação” e 10 que se afigura “Totalmente ajustada”. Determinou-se que uma avaliação idêntica ou superior a 6 traduzia, na perceção dos inquiridos, uma avaliação positiva do ajustamento entre a área em que se formaram e o conteúdo do trabalho que realizavam.

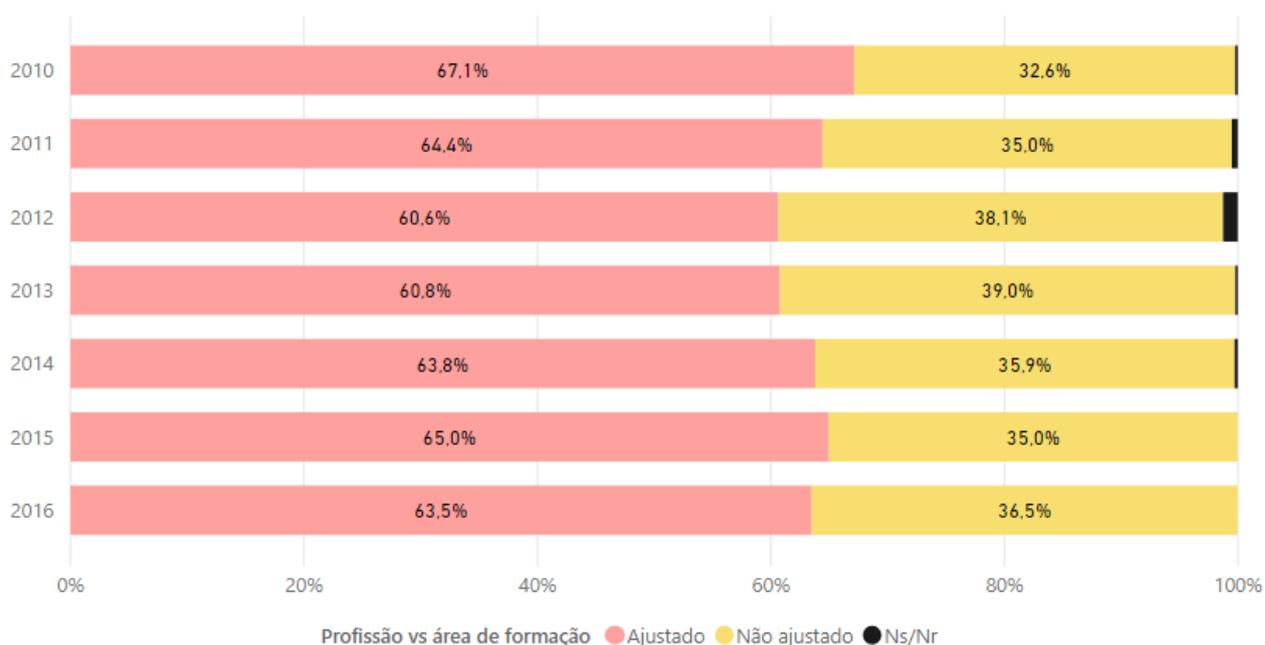


Figura 5. Ajustamento declarado entre a atividade profissional e a área científica de formação dos licenciados da UNL, um ano após a conclusão do grau

## 2.5. Níveis médios de remuneração líquida dos licenciados

Outro indicador nuclear para se caracterizar o cenário de inserção diz respeito aos níveis remuneratórios, patentes na Figura 6.

Verifica-se que as remunerações líquidas evoluíram de forma descendente entre as coortes de 2010 e a de 2014, a ponto de se ter atingido uma redução de aproximadamente 160 euros entre esses dois anos. A partir daí, a tendência é de franca recuperação, o que não obsta a que a coorte de 2016 se continue a manter cerca de 40 euros abaixo dos rendimentos auferidos pela de 2010.

Os valores obtidos correspondem a remunerações líquidas, pelo que, considerando o contexto dos últimos anos, o incremento se poderá ter ficado a dever sobretudo à redução do peso da fiscalidade direta, em especial da "taxa social única".



Figura 6. Níveis médios de remuneração líquida dos licenciados da UNL, um ano após a conclusão do grau

## 2.6. Natureza jurídica da entidade empregadora dos licenciados

No que concerne à natureza jurídica da entidade empregadora (Figura 7), observa-se que os licenciados de 2016 se encontravam “empregados”, na sua grande maioria, no “setor privado” (87,4%), imperando este em qualquer das coortes. Acrescente-se que a tendência aponta no sentido de uma quebra permanente do setor público e de um ascendente das empresas privadas na formação de emprego, transição que especialmente brusca da coorte de 2012 para a de 2013 e, mais recentemente, entre a coorte de 2015 e a de 2016.

A importância das ONG, agregada à das IPPS e das Fundações, foi sempre muito minoritária, e embora tenha crescido entre 2010 e 2013, de 1,1% para 3,3%, não cessou de cair a partir desse momento, a ponto de, em 2016, se ter tornado residual (1,6%).

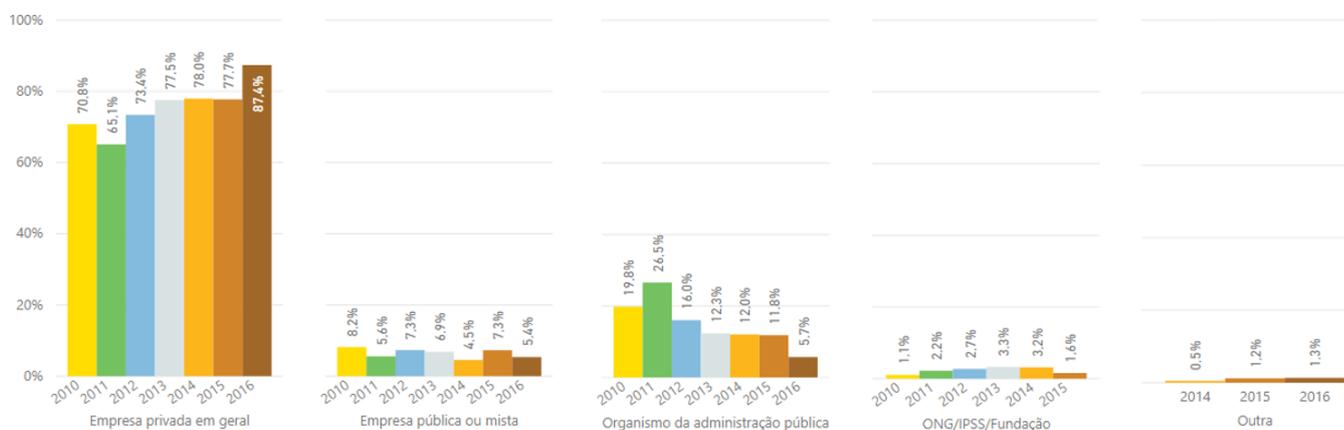


Figura 7. Natureza jurídica da entidade empregadora dos licenciados da UNL, um ano após a conclusão do grau

## 2.7. Setores de atividade em que os licenciados exercem a sua profissão

E que relevância assume cada um dos setores de atividade na formação do emprego dos licenciados (Figura 8)?

Observamos, desde logo, o ascendente do setor do *Comércio, Restaurantes e Hotéis*. Muito associado ao turismo, este setor era responsável em 2016 por 26,4% dos empregos, ou seja, por um quarto do emprego total, reforçando assim uma tendência de crescimento já identificável desde o início da década. A partir da coorte de 2015, o referido setor ultrapassou qualquer outro, relegando o dos *Serviços Prestados às Empresas* para segundo lugar, fazendo com que este perdesse a hegemonia que detinha até então.

As coortes de 2015 e 2016 parecem ter beneficiado, igualmente, de uma certa retoma da *Banca e dos Seguros* e do setor dos *Transportes*, que, respetivamente, duplicam e triplicam a sua importância face à que detinham em 2014.

Além destas tendências, são ainda muito visíveis as perdas relativas dos setores da *Educação* e dos *Serviços Artísticos e Culturais*, tanto em 2015 como em 2016. Tais perdas tornam-se especialmente relevantes se compararmos o peso destes setores com aquele que possuíam na coorte de 2010. Se representavam, para os licenciados dessa coorte mais longínqua, 16,9% e 8,3%, respetivamente, já não empregavam mais de 5,6% e 4,3% dos que concluíram os seus cursos em 2016.

Coorte Setor de atividade	2010		2011		2012		2013		2014		2015		2016	
	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n
Serviços prestados às empresas	28,8%	158	24,1%	116	28,0%	154	30,2%	193	34,7%	217	21,4%	87	23,3%	115
Comércio, restaurantes e hotéis	12,0%	66	15,1%	78	11,7%	64	15,6%	106	18,1%	114	24,7%	100	26,4%	137
Educação	16,9%	93	13,7%	66	15,2%	84	16,0%	102	15,3%	96	12,2%	50	5,6%	29
Bancos e seguros	2,8%	70	8,6%	42	8,2%	45	8,8%	56	6,4%	40	9,2%	37	12,0%	62
Serviços artísticos e culturais	8,3%	45	9,7%	47	10,5%	58	5,1%	33	7,3%	46	5,7%	23	4,3%	22
Transportes e comunicações	3,7%	21	7,8%	37	8,6%	47	8,6%	55	3,9%	25	5,2%	21	9,2%	47
Administração Pública, central e local	6,6%	36	5,5%	27	5,1%	28	2,7%	17	2,9%	18	3,0%	12	2,8%	15
Saúde e ação social	2,8%	15	3,3%	16	2,7%	15	3,8%	24	1,9%	12	4,7%	19	3,1%	16
Indústrias transf., eletr., água, gás e construção e obras públicas	3,3%	18	2,3%	11	2,1%	11	4,0%	25	2,7%	17	2,4%	10	1,9%	10
Justiça	2,2%	12	3,0%	14	2,3%	13	1,4%	9	2,6%	16	6,1%	25	1,9%	10
Ns/Nr	0,8%	4	2,6%	13	2,2%	12	1,0%	6	1,6%	10	0,8%	3	2,4%	12
Organismos internac. e outras Instituições extraterritoriais	0,3%	2	1,2%	6	1,1%	6	0,6%	4	1,1%	7	2,0%	8	1,4%	7
Outra situação											2,8%	11	4,9%	25
Agricultura, pesca e indústrias extrativas	1,1%	6	0,6%	3	0,6%	3	1,0%	7	1,1%	7			1,8%	9
Defesa Nacional	0,5%	3	1,5%	7	1,8%	10	0,2%	1	0,3%	2				
<b>Total</b>	<b>100,0%</b>	<b>549</b>	<b>100,0%</b>	<b>484</b>	<b>100,0%</b>	<b>549</b>	<b>100,0%</b>	<b>639</b>	<b>100,0%</b>	<b>627</b>	<b>100,0%</b>	<b>407</b>	<b>100,0%</b>	<b>518</b>

Figura 8. Setores de atividade em que os licenciados da UNL exercem a sua profissão, um ano após a conclusão do grau

## 2.8. Situação dos licenciados na sua profissão

A observação da Figura 9 permite-nos, por sua vez, constatar a contínua e larga supremacia dos licenciados que trabalhavam “por conta de outrem” comparativamente com o número daqueles que declaravam trabalhar “por conta própria”. Os primeiros atingem o seu valor mais elevado na coorte de 2011, tangendo a fasquia dos 94,1%. A partir desse momento, a tendência parece ser de crescimento dos “trabalhadores por conta própria”, embora com flutuações.

Regra geral, é provável que o aumento da percentagem de trabalhadores “por conta de outrem” coincida com um aumento das ofertas de trabalho. Com efeito, a nossa hipótese é a de que a opção voluntária pelo “trabalho por conta própria”, pelo “auto-emprego” ou pela constituição de empresas unipessoais (nomeadamente de *startups*), continua a ser minoritária e circunscrita a determinados cursos ou áreas de formação específicas. Na maior parte dos casos, tende a ser considerada uma alternativa reativa, isto é, uma resposta à impossibilidade de se encontrar trabalho “por conta de outrem”. Sendo certo que não dispomos de dados que nos permitam, com rigor, suportar esta afirmação, o recurso aos dados obtidos acerca das iniciativas empreendedoras dos diplomados da NOVA, na coorte de 2014, revelaram que o número de iniciativas que poderiam ser classificadas desse modo era minoritário entre os licenciados (na realidade, entre os diplomados, de maneira geral). Durante todo o seu percurso, até ao momento em que foram inquiridos, apenas 11,5% dos licenciados se tinham envolvido na criação de uma nova empresa ou negócio; 9,0% na criação de um produto ou serviço que tenha originado uma nova empresa ou negócio; 2,9 % na abertura de novo consultório ou escritório, e 10,1% na manutenção de uma empresa ou negócio familiar já existente. É fundamental acrescentar

que estas diversas iniciativas eram realizadas, na maioria dos casos, em simultâneo, pelo mesmo indivíduo, isto é, de forma cumulativa.

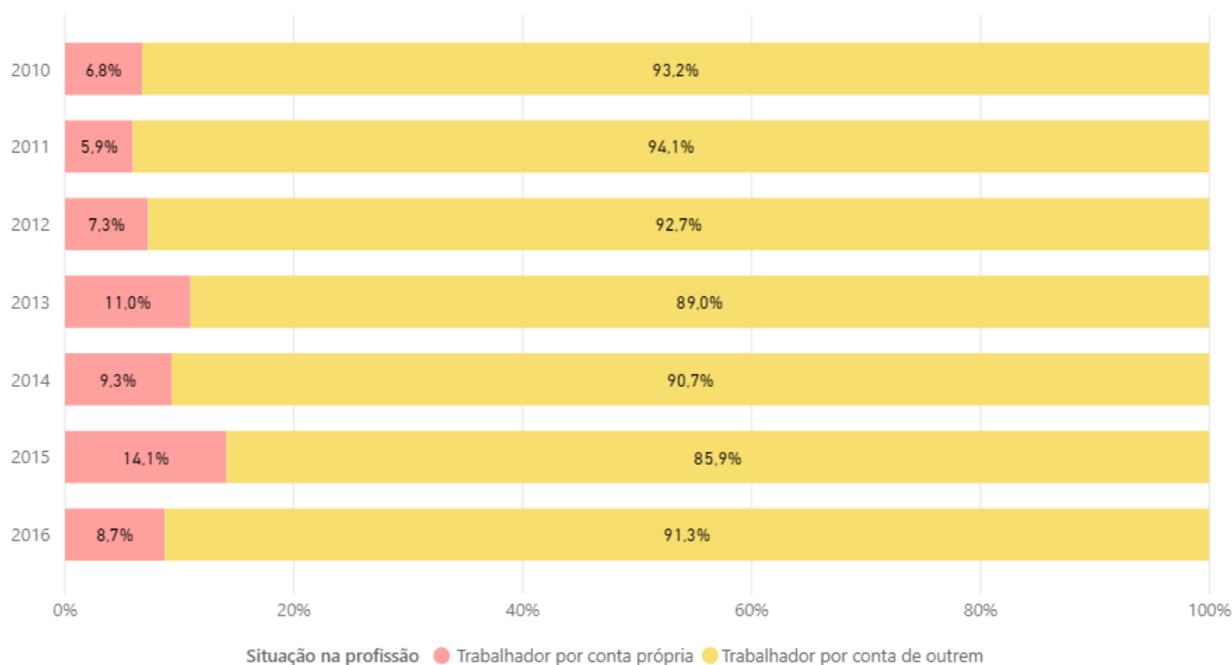


Figura 9. Situação dos licenciados da UNL na sua profissão, um ano após a conclusão do grau

## 2.9. Posicionamento dos licenciados face à possibilidade de emigrar

Outro indicador da melhoria progressiva da perceção dos licenciados relativamente ao seu cenário de emprego encontra-se, por sua vez, contido nos dados acerca de como estes encaravam a possibilidade de emigrar (Figura 10). Ora, a percentagem daqueles que viam essa possibilidade como “provável” ou que afiançavam “já ter planos para emigrar nos próximos cinco anos” ultrapassava 40% dos diplomados na coorte de 2012, mas já não ia além de metade desse valor na coorte de 2016 (21,4%).

Para uma melhor apreciação dos dados apresentados impõem-se aqui duas ressalvas: por um lado, a recolha de dados acerca da temática emigratória principiou apenas na inquirição de 2012, o que não nos permite dispor de informações do mesmo género para os anos precedentes; por outro, dada a dificuldade de inquirir os graduados a residir no estrangeiro, maioritariamente por caducidade dos contactos telefónicos, é possível que o número de “emigrantes efetivos” (ou seja, o daqueles que efetivamente já eram emigrantes no momento da inquirição) se encontre subrepresentado na amostra final.



Figura 10. Posicionamento dos licenciados da UNL (apenas os de nacionalidade portuguesa), no momento em que foram inquiridos, face à possibilidade de emigrar

## 2.10. Percentagens de licenciados que voltariam a escolher o mesmo Ciclo de Estudos e que voltariam a escolher o mesmo estabelecimento de ensino

Concluindo este périplo sintético pela situação de emprego dos licenciados, importa lembrar que os inquéritos OBIPNOVA têm aproveitado a circunstância de serem aplicados anualmente para aferirem, retrospectivamente, o grau de satisfação dos diplomados, quer com o curso, quer com a escola em que se formaram.

Fazendo-se uso dessa informação, é possível observar, na Figura 11, que a relação dos diplomados com o ciclo de estudos em que se graduaram aparenta ser, na sua grande maioria, positiva, seja qual for a coorte. Em 2015 e 2016, por exemplo, o número daqueles que declararam que escolheriam o mesmo curso caso voltassem a matricular-se no ensino superior ultrapassa os 80%.

É possível que a melhoria relativa das oportunidades de emprego seja um dos elementos que explica o aumento do número destas avaliações positivas, se bem que não seja o único, nem forçosamente o mais relevante. Múltiplos aspetos, nomeadamente os de natureza pedagógico-científica, poderão estar presentes nesse balanço favorável.

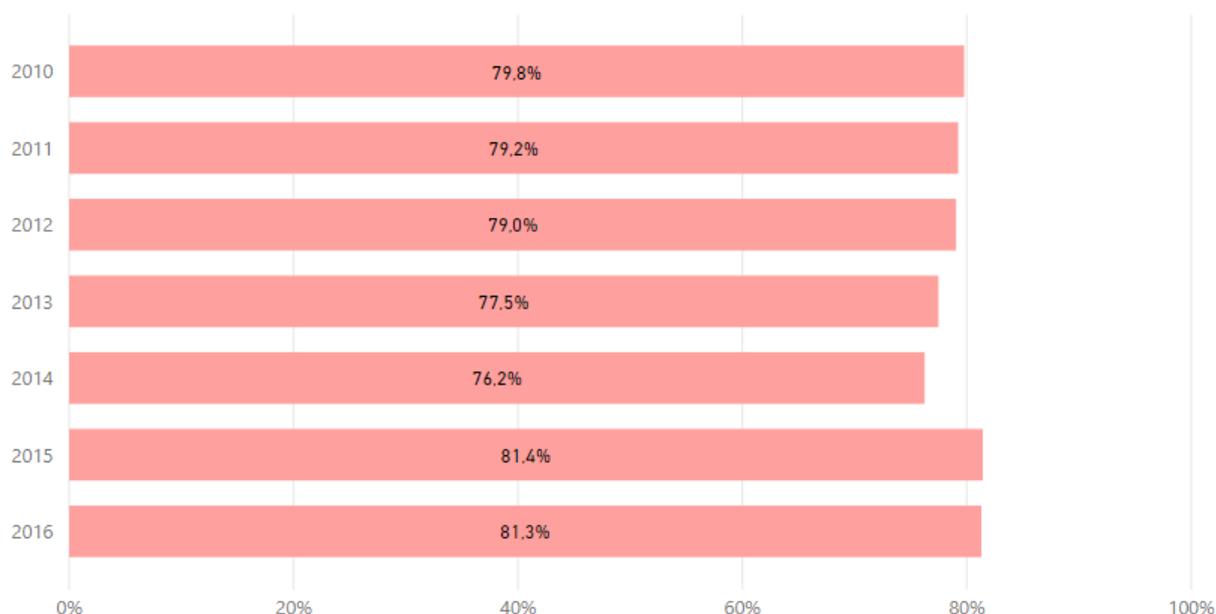


Figura 11. Percentagem de licenciados da UNL que, no momento da inquirição, voltariam a escolher o mesmo Ciclo de Estudos

A relação dos licenciados com o estabelecimento de ensino é, como se pode observar na Figura 12, ainda mais favorável. Em qualquer das coortes, o grupo dos que escolheriam o mesmo estabelecimento de ensino é igual ou superior a 87,9%, atingindo o zénite de 90,6% na fração de 2015.

Registam-se, é certo, ligeiras variações, mas estas inscrevem-se dentro das margens de erro, não parecendo evidenciar qualquer tendência de recuo ou de melhoria ao longo dos anos.

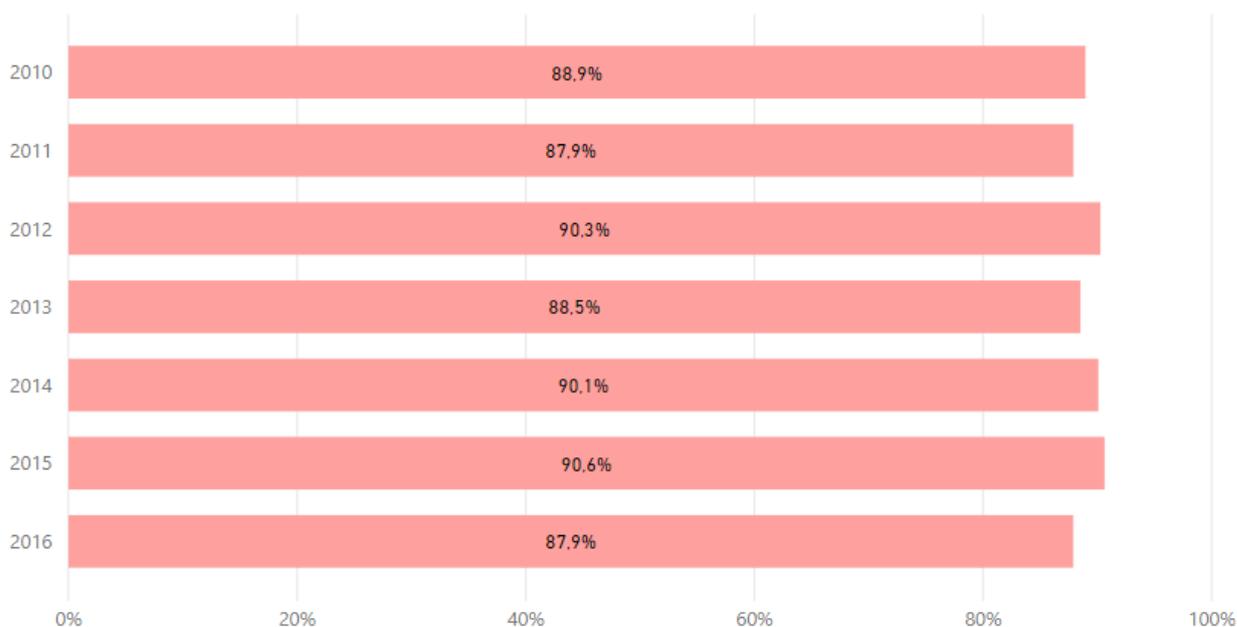


Figura 12. Percentagem de licenciados da UNL que, no momento da inquirição, voltariam a escolher o mesmo estabelecimento de ensino

Em jeito de adenda, e antes de observarmos a situação dos mestres, importa chamar a atenção que os dados apresentados nas figuras 11 e 12 contêm limitações enquanto indicadores de avaliação do curso e da escola, pois se a resposta afirmativa traduz um indubitável balanço positivo, a resposta negativa não expressa, necessariamente, uma avaliação desfavorável. Poderá apenas significar que outros cursos ou estabelecimentos nacionais ou estrangeiros seriam preferidos pelos diplomados, sem que isso signifique uma perceção negativa da escola e do curso que realizaram na UNL. Esta observação reforça, portanto, ainda mais a apreciação favorável que os diplomados produzem da sua formação.

### 3. Mestres

#### 3.1. Situação perante a atividade dos mestres

Com exceções, que serão explicitadas adiante, o sentido da evolução da situação dos mestres perante o trabalho é idêntico ao observado junto dos licenciados, não obstante os resultados sejam notoriamente mais positivos. Desde logo, à semelhança dos licenciados, a percentagem de empregados nunca foi tão elevada quanto na coorte de 2010, embora, no caso específico dos mestres, tenha sido praticamente igualada pelos diplomados de 2013 e 2014. Qualquer destas coortes recuperou de um retração do emprego e de uma intensificação do desemprego verificados na coorte de 2012 (Figura 13).

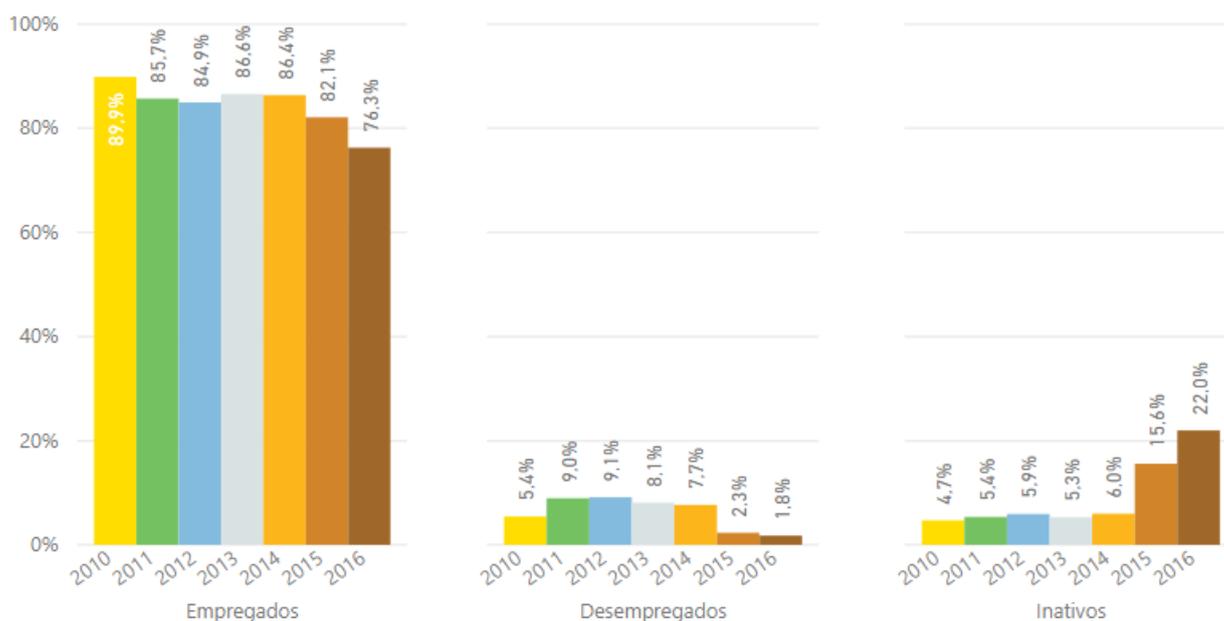


Figura 13. Situação perante a atividade dos mestres da UNL, um ano após a conclusão do grau

Também à semelhança dos licenciados, os mestres de 2015 e 2016 registaram um número de empregados baixo comparativamente às coortes anteriores. Tal redução não se ficou a dever, curiosamente, a um aumento do desemprego – a percentagem de desempregados nunca foi, na realidade, tão reduzida: respetivamente 2,3% e 1,8% –, sendo antes atribuível a um acréscimo muito acentuado e inédito registado no volume de inativos. Com efeito, se o valor destes havia estabilizado num patamar próximo dos 6% entre 2010 e 2014, era já de 15,6% em 2015, acabando por galgar o patamar dos 20% em 2016, situando-se exatamente na marca dos 22%.

A que se terá ficado a dever esta brusca e recente aceleração da inatividade? As figuras abaixo (Figuras 14 e 15) ajudam a esclarecer-nos.

### 3.2. Percentagem de mestres que prosseguiram estudos

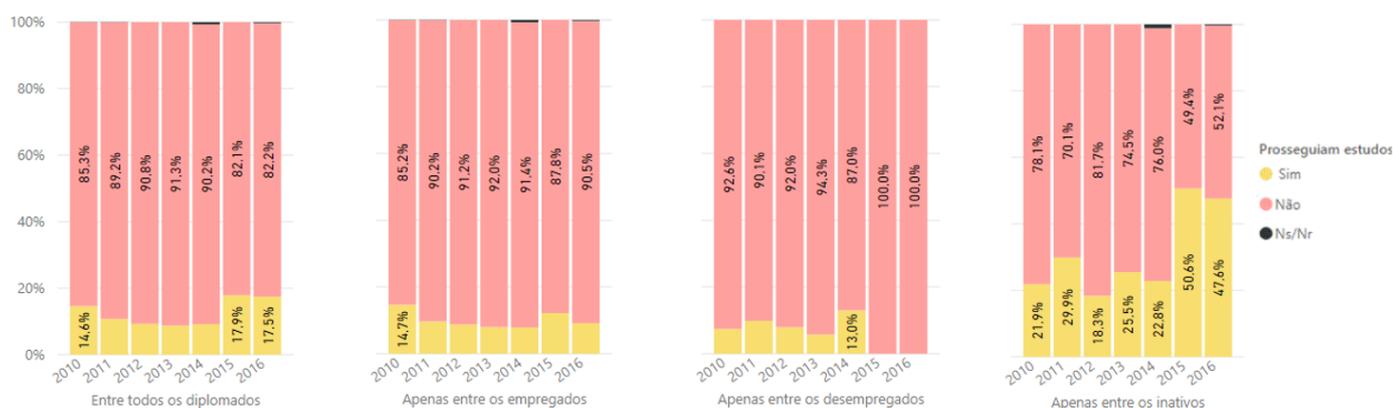


Figura 14. Percentagem de mestres da UNL que prosseguiram estudos noutra licenciatura, pós-graduação, mestrado ou doutoramento

Tal como sucede com os licenciados, observa-se, nos dois últimos anos (2015 e 2016), um aumento muito acentuado do número de indivíduos que, um ano após a obtenção do grau, prosseguem estudos sem procurar trabalho, ou que consideram não estar em condições de trabalhar (pelo menos na semana sobre a qual a inquirição incidiu).

O aumento do número de inativos não estudantes registado na coorte de 2016 (52,1%) por comparação com a de 2015 (49,4%) não parece ter um significado substantivo, pois, na realidade, a grande maioria dos inativos da última coorte inquirida afirmou que a continuação de estudos havia sido uma das razões para não procurar trabalho, tendo tido, inclusive, maior expressão do que em 2015. Simplesmente, aqueles que se declararam “estudantes” não estavam inscritos em qualquer formação académica com as características referidas no título da Figura 14, ou não tinham ainda sido admitidos no curso superior que pretendiam.

### 3.3. Proporção de bolseiros de investigação, mestrado, doutoramento ou pós-doutoramento no total de mestres

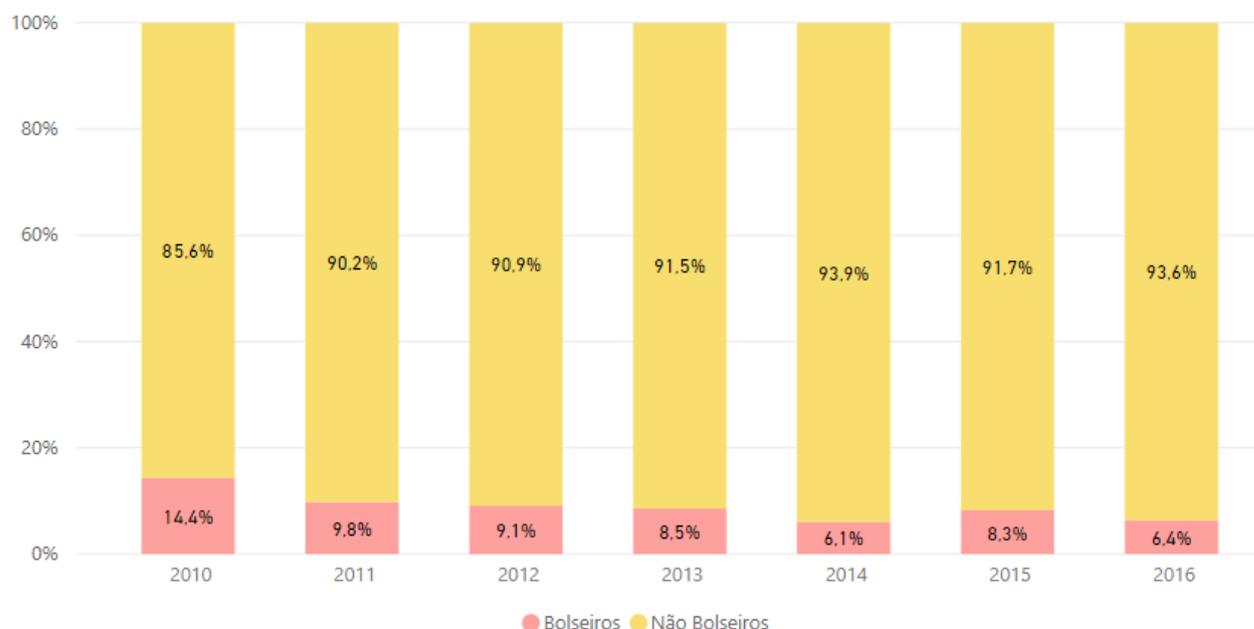


Figura 15. Proporção de bolseiros de investigação, mestrado, doutoramento ou pós-doutoramento no total de mestres

Se procurarmos aferir o peso que as bolsas de investigação ou de doutoramento assumiam na coorte de 2016 (Figura 15), observamos que este se situava na casa dos 6,4%. Trata-se de uma das percentagens de bolseiros mais baixas, só ultrapassada, negativamente, pela da coorte de 2014. Em qualquer dos outros anos, a percentagem situou-se sempre entre os 8% e os 9%, nunca chegando, contudo, a igualar o número de bolsas obtido pelos diplomados de 2010. Nesta coorte mais recuada beneficiavam de bolsas de doutoramento ou de investigação 14,4% da totalidade dos mestres.

### 3.4. Taxas de Emprego e Desemprego dos mestres e número de mestres inscritos em centros de emprego para procurar um emprego

Se observarmos agora a Figura 16, tendo em conta os dados que reportámos acerca da situação perante a atividade, é sem surpresa que deparamos com uma “taxa de desemprego” excepcionalmente reduzida nos contingentes formados em 2015 e 2016. Em ambos se situava abaixo de 3%, contrastando com os quase 10% registados na coorte de 2012, grupo em que mais se elevou.

A redução da “taxa de desemprego” verificada nos dois anos mais recentes coincide porém, e paradoxalmente, com uma diminuição da “taxa de emprego”. Com efeito, esta é de 82,1% em 2015, e de 76,3%

em 2016, afastando-se do pico registado em 2010 (89,9%), ou mesmo do número de 86,6% alcançado em 2013. Como referimos atrás, é no aumento vertiginoso dos inativos que encontramos a razão direta para o declínio conjunto de ambas as taxas.

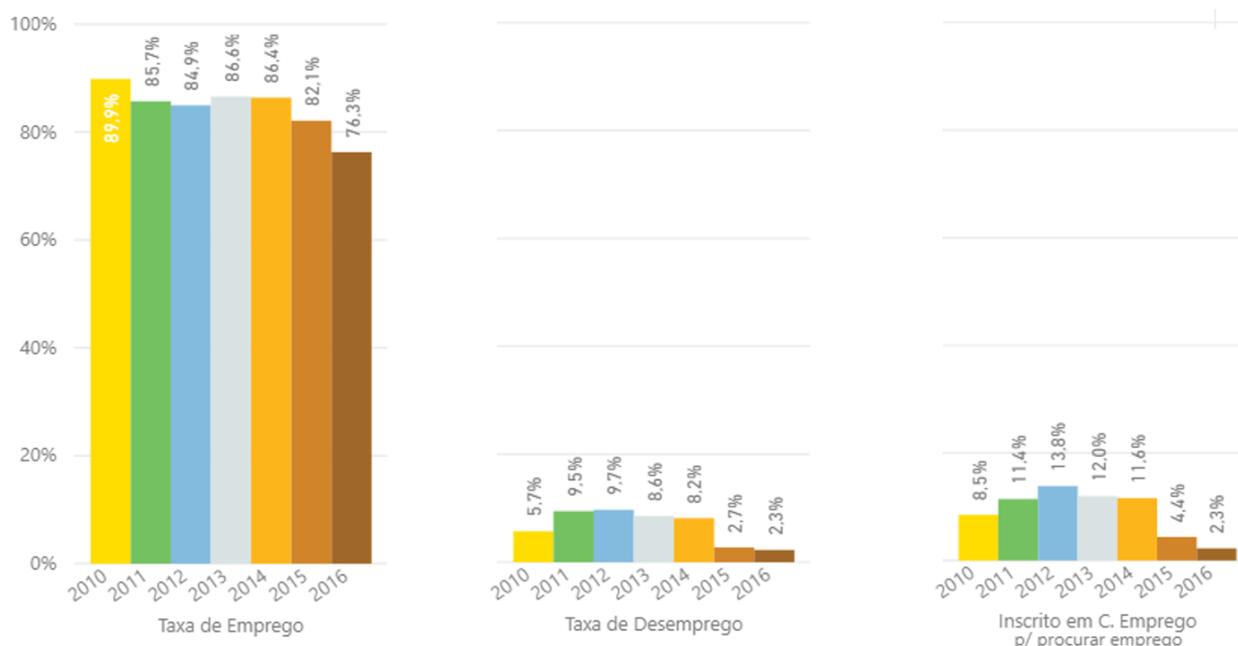


Figura 16. Taxas de Emprego e Desemprego (calculadas segundo os critérios do INE) e número de inscritos em centros de emprego para procurar um emprego, dos mestres da UNL, um ano após a conclusão do grau

### 3.5. Ajustamentos vertical e horizontal da atividade profissional dos mestres

Um indicador que nos suscita, sem dúvida, uma leitura otimista diz respeito aos níveis de “ajustamento vertical” (Figura 17) e “horizontal” (Figura 18), para a determinação dos quais se adotaram procedimentos em tudo idênticos aos utilizados junto dos licenciados.

Os níveis de ajustamento não só foram elevados durante toda a década, como se intensificaram nas duas últimas coortes. Bastará para o efeito observar que mais de 90% dos diplomados alcançaram, quer em 2015, quer em 2016, uma situação de considerável convergência entre a área científica em que se formaram e a sua atividade profissional (Figura 18). Esta chega praticamente aos 95% quando se trata de avaliar o ajustamento entre a atividade profissional e o nível de instrução (Figura 17).

No que respeita a estas matérias, a aparente melhoria da situação das duas coortes mais recentes deve, contudo, ser encarada com prudência. Também ela se poderá ter ficado a dever, em parte, ao aumento da inatividade. Com efeito, se o volume de ofertas de emprego se mantiver estável, a redução do número daqueles que se encontram a trabalhar tenderá a deixar os empregados numa situação de adequação mais favorável. É além disso provável que sejam aqueles que consideram que a sua situação de ingresso no mercado de trabalho

é menos vantajosa que, justamente, tendem a preservar a situação de inatividade durante mais tempo, aguardando oportunidades mais ajustadas às suas expectativas. Ora, também este aspeto concorrerá para o acréscimo dos níveis de adequação..

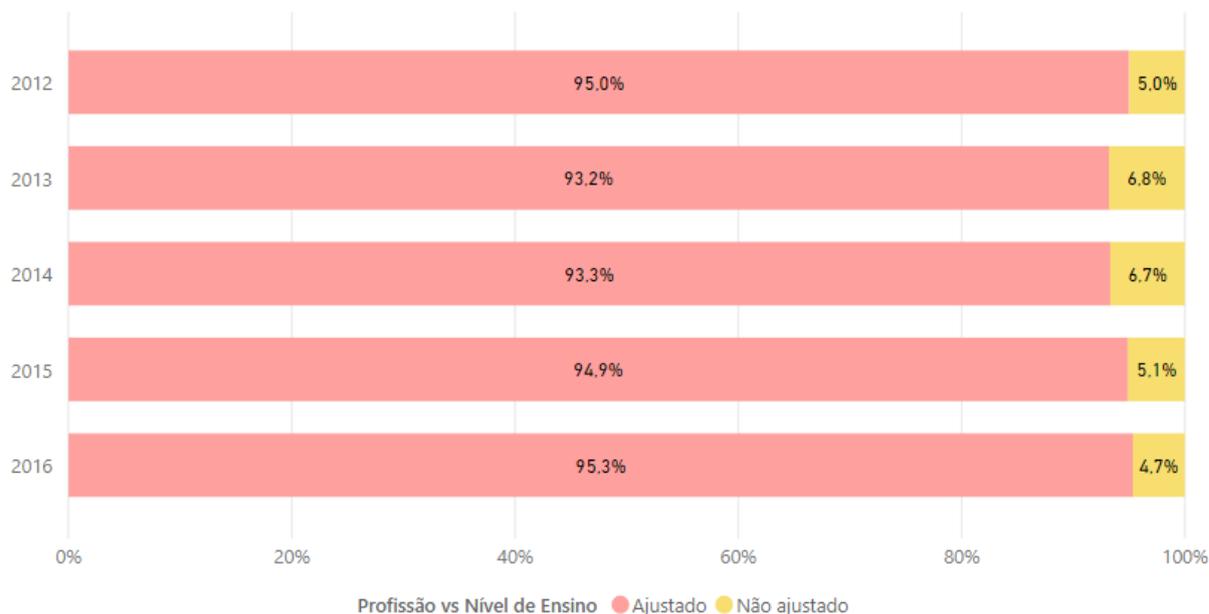


Figura 17. Ajustamento entre a atividade profissional e o nível de instrução dos mestres da UNL, um ano após a conclusão do grau

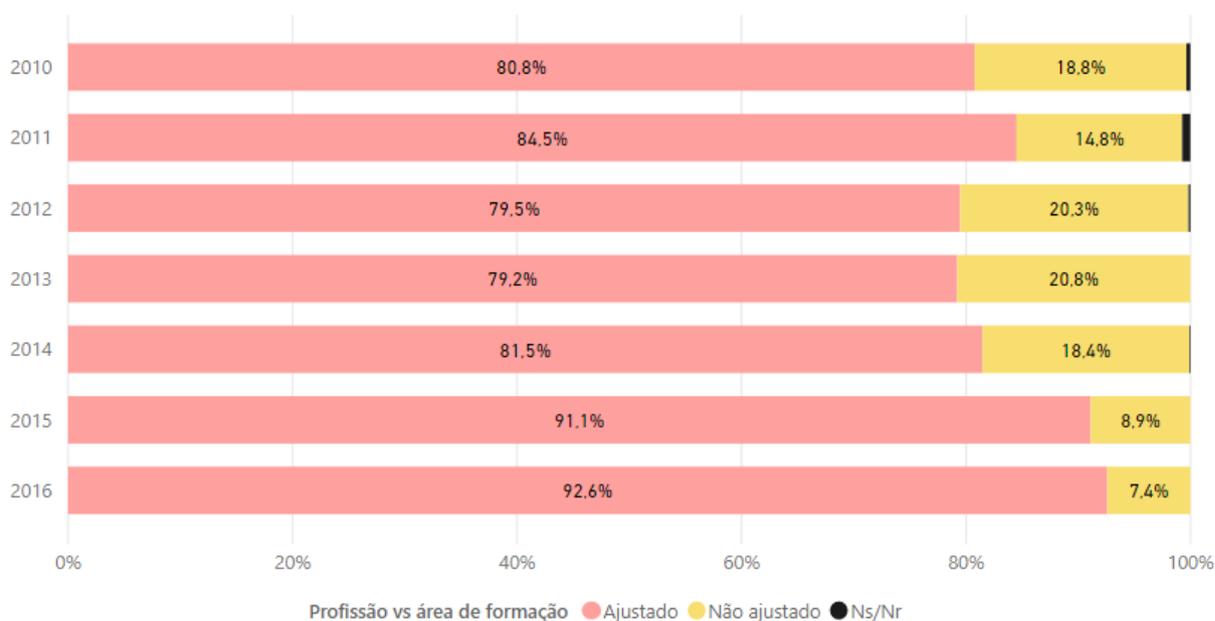


Figura 18. Ajustamento declarado entre a atividade profissional e a área científica de formação dos mestres da UNL, um ano após a conclusão do grau

### 3.6. Níveis médios de remuneração líquida dos mestres

O panorama positivo das últimas duas coortes é fortalecido pela observação dos indicadores referentes ao rendimento (Figura 19).

Em resultado, muito provavelmente, dos efeitos conjugados da redução da carga fiscal direta, do crescimento de alguns salários e, como vimos, do aumento da inatividade, as remunerações líquidas aproximaram-se, nas coortes de 2015 e 2016, das alcançadas na coorte de 2011, ano em que atingiram os valores mais elevados da década.

É certo que se verifica uma redução de cerca 50 euros quando transitamos da coorte de 2015 para 2016, redução que importará observar em que medida se mantém, ou eventualmente reforça, na coorte 2017. Em todo o caso, cremos que o dado mais significativo a salientar é o aumento de 174 euros verificado entre a coorte de 2014 (aquela que obtinha rendimentos líquidos mais baixos) e a que é formada pelos mestres de 2015.



Figura 19. Níveis médios de remuneração líquida dos mestres da UNL, um ano após a conclusão do grau

### 3.7. Natureza jurídica da entidade empregadora dos mestres

À semelhança, de novo, do que acontece entre os licenciados, um dos dados mais inequívocos e significativos da evolução do emprego entre os mestres diz respeito à constante perda de importância do “setor público” enquanto setor empregador (Figura 20). De facto, se a *Administração Pública*, em conjugação com as *Empresas Públicas ou Mistas*, era responsável pelos postos de trabalho de mais de metade dos mestres que

obtiveram os diplomas em 2010 (51%), na coorte de 2016 o somatório desses dois setores passa a constituir apenas um terço do total (33,2%).

O crescimento do “setor privado” torna-se, pelo contrário, constante e inexorável: se era já responsável pela maioria dos empregos da coorte de 2012, na de 2016 atinge a percentagem mais elevada, passando a representar 65,3% do universo.

A categoria formada pelas ONG, IPSS e Fundações vê também o seu peso reduzir-se em 2015 e 2016, indo ao encontro de uma tendência de recuo já observável, de forma mais vincada, entre os licenciados,. Fica pois em aberto a hipótese de estarmos perante entidades que se encontram em quebra progressiva no cômputo global do emprego dos diplomados. Veremos se esta se confirma, ou não, futuramente.

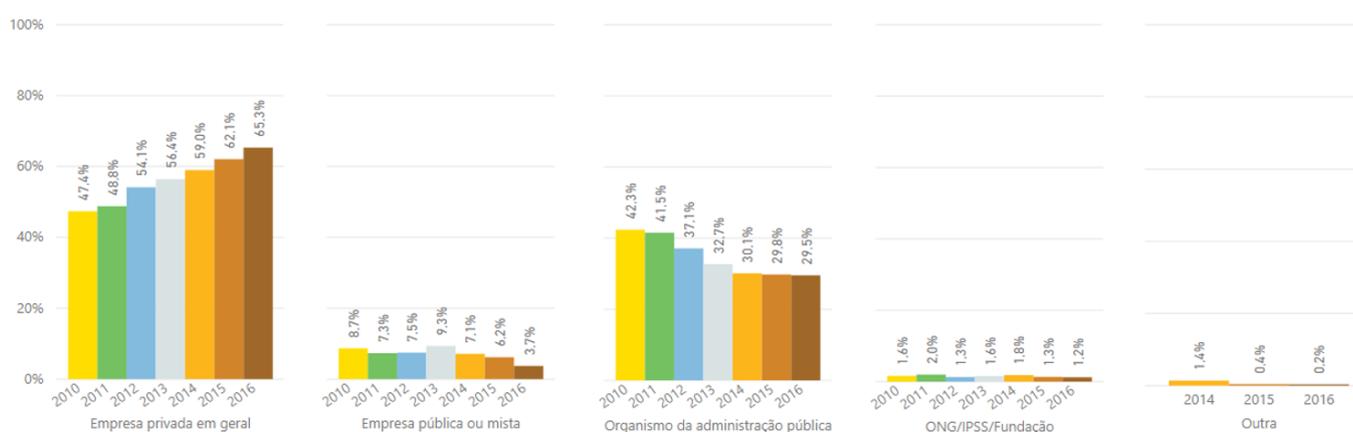


Figura 20. Natureza jurídica da entidade empregadora dos mestres da UNL, um ano após a conclusão do grau

### 3.8. Situação dos mestres na sua profissão

Também no capítulo da situação na profissão o cenário dos mestres não difere do dos licenciados, a não ser no sentido da acentuação ainda maior do peso dos "trabalhadores por conta de outrem" (Figura 21). Este oscila sempre entre a casa dos 94% e a dos 96,3 %, nas seis coortes analisadas. É curioso verificar que, em contraponto com o fomentado em vários discursos e iniciativas promotoras do empreendedorismo e do auto-emprego, não só a proporção de trabalhadores “por conta própria” não tem aumentado, como atinge o seu ponto mais baixo na coorte de 2016, quedando-se nos 3,6%.

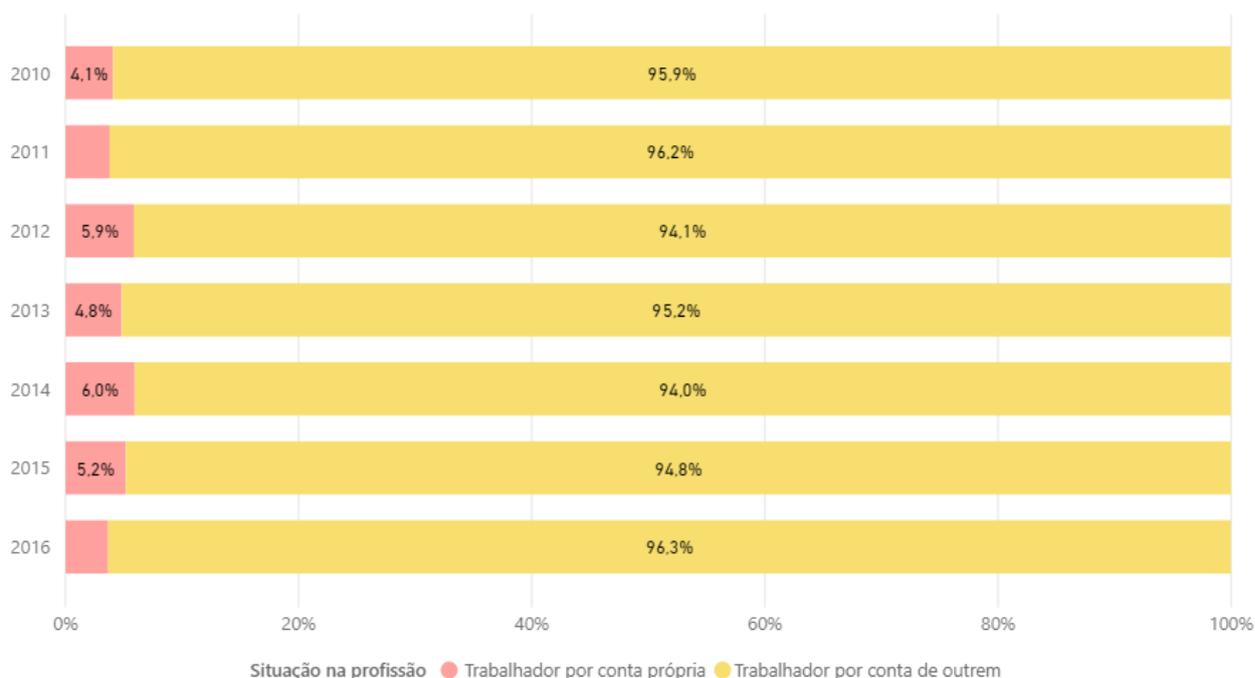


Figura 21. Situação dos mestres da UNL na sua profissão, um ano após a conclusão do grau

### 3.9. Setores de atividade em que os mestres exercem a sua profissão

É no perfil do emprego segundo setores de atividade (Figura 22) que a situação dos mestres se passa a distinguir radicalmente da que testemunhámos junto dos licenciados, o que acontecerá, tanto por efeito do nível de instrução, como pela natureza dos cursos - fazem aqui a sua aparição, por exemplo, os mestrados integrados de Ciências Médicas e, concomitantemente, os diplomados em Medicina.

O sector dos *Serviços prestados às empresas* que, na coorte de 2014, chega a empregar 28,8% dos mestres, foi sempre dominante, com exceção dos anos de 2015 e de 2010. Em 2015 foi ultrapassado por outro setor que, regra geral, se situou em segundo lugar – a *Saúde e a Ação Social*.

Em subida nas coortes mais recentes (2015 e 2016) encontram-se os setores da *Banca e dos Seguros* e o da *Agricultura, Pesca e Indústrias Extrativas*, embora o seu peso seja muito distinto. Enquanto em 2016 o primeiro empregava 10,2% do total, o segundo não ia além de 1,6%.

O setor do *Comércio, Restaurante e Hotéis* também cresceu a partir da coorte de 2012, mas encontra-se bem longe de atingir os níveis alcançados junto dos licenciados. No ano de 2016, não abrangia mais do que 5% dos mestres, quedando-se no sétimo posto, ao passo que, como vimos atrás, entre licenciados alcançava já um primeiro lugar destacado, empregando 26,4% do total.

Por seu turno, dois setores estreitamente ligados ao Estado – o da *Educação* e o dos *Serviços Artísticos e Culturais* – vêm sofrendo perdas em termos de importância relativa. A *Educação* é o setor que mais cai,

registando um recuo drástico da coorte de 2010 para a de 2011, retração que prossegue depois, de modo mais brando. A queda do setor educativo, estancada entretanto nas três coortes mais recentes, fez com que, de setor número um na coorte de 2010, momento em que perfazia 27% do total, tombasse para o quarto lugar em 2016, momento em que não ia já além dos 12,2%.

Se a descida deste último setor não é tão acentuada entre mestres como entre licenciados, é, porém, mais ilustrativa da retração geral do setor, uma vez que a realização do mestrado em ensino é hoje condição *sine qua non* para o ingresso na profissão docente nos ensinos básico e secundário, encontrando-se praticamente vedada a quem não o concluiu.

Coorte Setor de atividade	2010		2011		2012		2013		2014		2015		2016	
	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n
Serviços prestados às empresas	19,5%	224	19,9%	272	22,6%	333	22,3%	327	28,8%	399	18,6%	283	21,9%	327
Saúde e ação social	17,5%	201	18,5%	253	20,0%	295	20,1%	294	19,8%	274	20,8%	316	19,2%	287
Educação	27,0%	310	19,5%	268	18,0%	264	15,8%	232	12,3%	170	1,9%	181	12,2%	182
Indústrias transf., eletr., água, gás e construção e obras públicas	12,0%	138	15,2%	209	1,6%	171	1,2%	164	9,2%	127	10,0%	153	12,2%	211
Bancos e seguros	5,7%	66	5,0%	69	3,0%	45	5,3%	78	5,0%	69	1,7%	177	0,2%	153
Administração Pública, central e local	4,8%	56	8,1%	111	5,4%	80	4,9%	72	7,5%	104	5,8%	88	6,0%	90
Comércio, restaurantes e hotéis	2,6%	29	2,6%	35	4,6%	67	6,5%	96	6,0%	83	6,0%	91	5,0%	75
Transportes e comunicações	3,5%	40	3,6%	49	4,8%	70	4,0%	59	3,2%	45	3,8%	58	4,1%	62
Serviços artísticos e culturais	3,7%	42	2,7%	36	3,8%	56	4,3%	63	4,1%	57	2,7%	41	2,0%	30
Justiça	2,0%	23	1,5%	21	2,5%	37	2,2%	32	1,6%	22	2,2%	33	0,8%	12
Agricultura, pesca e indústrias extrativas	0,5%	5	0,7%	10	0,6%	9	0,9%	13	0,6%	8	1,9%	29	1,6%	24
Defesa Nacional	0,5%	6	1,4%	19	0,9%	13	1,4%	21	0,4%	6	0,2%	4	0,5%	8
Ns/Nr	0,2%	3	0,7%	10	1,9%	29	0,8%	11	0,5%	7	0,3%	4	0,4%	6
Outra situação											3,5%	52	0,7%	10
Organismos internac. e outras Instituições extraterritoriais	0,4%	5	0,5%	7	0,3%	4	0,2%	4	1,0%	14	0,8%	12	1,0%	16
<b>Total</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.149</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.370</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.472</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.465</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.384</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.521</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.492</b>

Figura 22. Setores de atividade em que os mestres da UNL exercem a sua profissão, um ano após a conclusão do grau

### 3.10. Posicionamento dos mestres face à possibilidade de emigrarem

Consideremos agora os dados respeitantes ao posicionamento dos mestres face à possibilidade de emigrarem (Figura 23).

Desde logo, observa-se que, mesmo na coorte de 2012, coorte que manifestava intenções emigratórias mais fortes, o número dos que afirmavam “ver a hipótese de emigrarem como provável”, somado ao daqueles que declaravam “já ter planos para emigrar nos próximos 5 anos”, não ultrapassava os 28,3%. Pelo contrário, abeirava-se dos 70% a proporção daqueles que declaravam “Não ter considerado a hipótese de emigrar” conjugada com a dos que consideravam ter-se confrontado com essa hipótese “apenas de forma vaga”. Ora, em 2016, estes dois últimos tipos de resposta perfaziam já 86,6% do total.

Por mais difícil que seja a identificação, em pormenor, das razões que poderão estar na base da recusa do movimento emigratório, o facto de essa rejeição ser bastante mais acentuada entre mestres do que entre licenciados indicia-nos que os primeiros tendem a avaliar de forma mais positiva do que os segundos as suas oportunidades profissionais em Portugal. Segundo essa mesma lógica, a redução das intenções emigratórias que se verifica a partir da coorte de 2012 não pode deixar de ser interpretada como resultado de uma melhoria progressiva das expectativas dos mestres em termos de emprego, em contexto nacional.

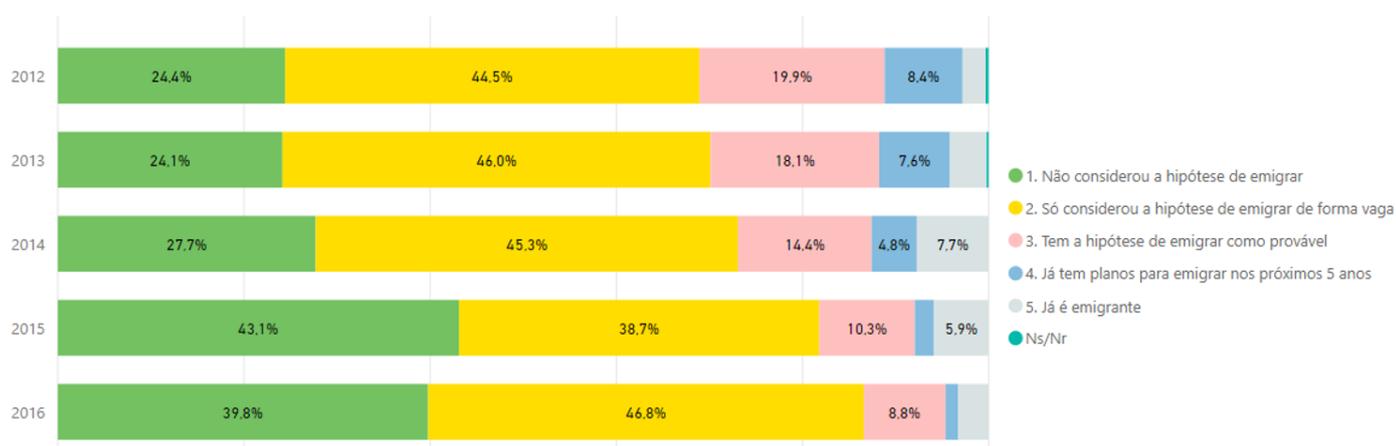


Figura 23. Posicionamento dos mestres da UNL (apenas os de nacionalidade portuguesa), no momento em que foram inquiridos, face à possibilidade de emigrar

### 3.11. Percentagem de mestres que voltariam a escolher o mesmo Ciclo de Estudos e que voltariam a escolher o mesmo estabelecimento de ensino

Por fim, as declarações de que se escolheria o mesmo ciclo de estudos (Figura 24) ou a mesma escola (Figura 25) são também mais elevadas entre mestres do que entre licenciados. Com ligeiras flutuações, tais avaliações positivas aumentaram ao longo das coortes, atingindo níveis particularmente altos nos dois anos mais recentes. A intenção de escolha do curso ultrapassa, em 2016, os 90%, e a seleção da mesma escola atinge nesse mesmo ano surpreendentes 95,8%, tendo sido sempre superior a 90% ao longo das sete coortes contempladas.

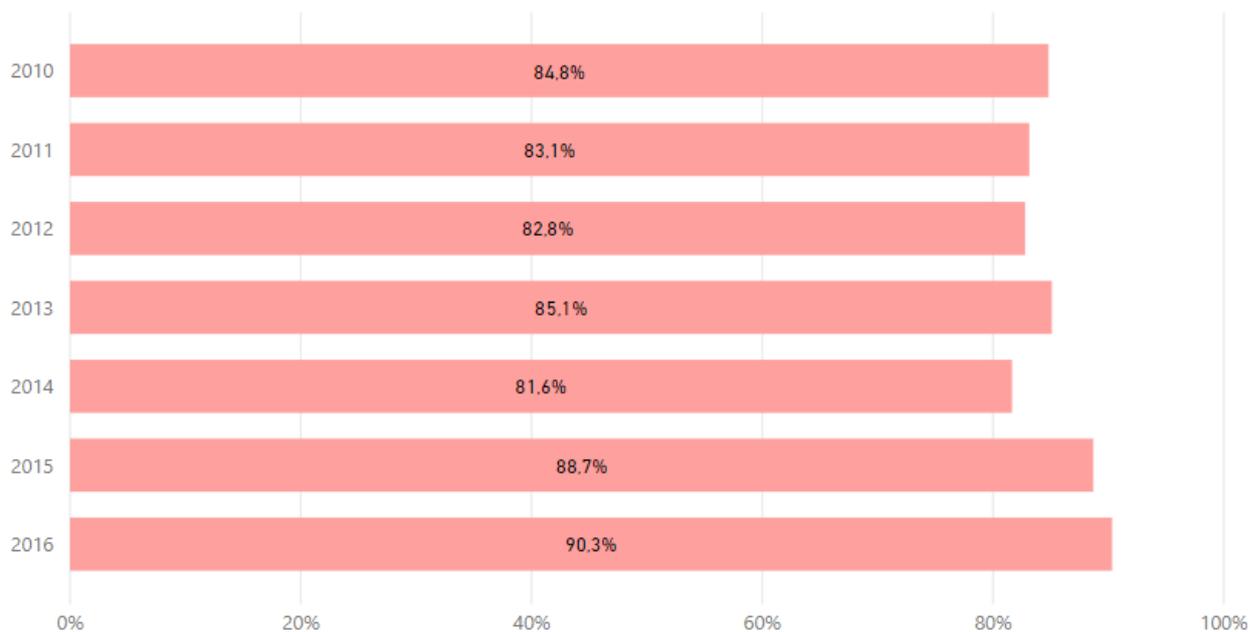


Figura 24. Percentagem de mestres da UNL que, no momento da inquirição, voltariam a escolher o mesmo Ciclo de Estudos

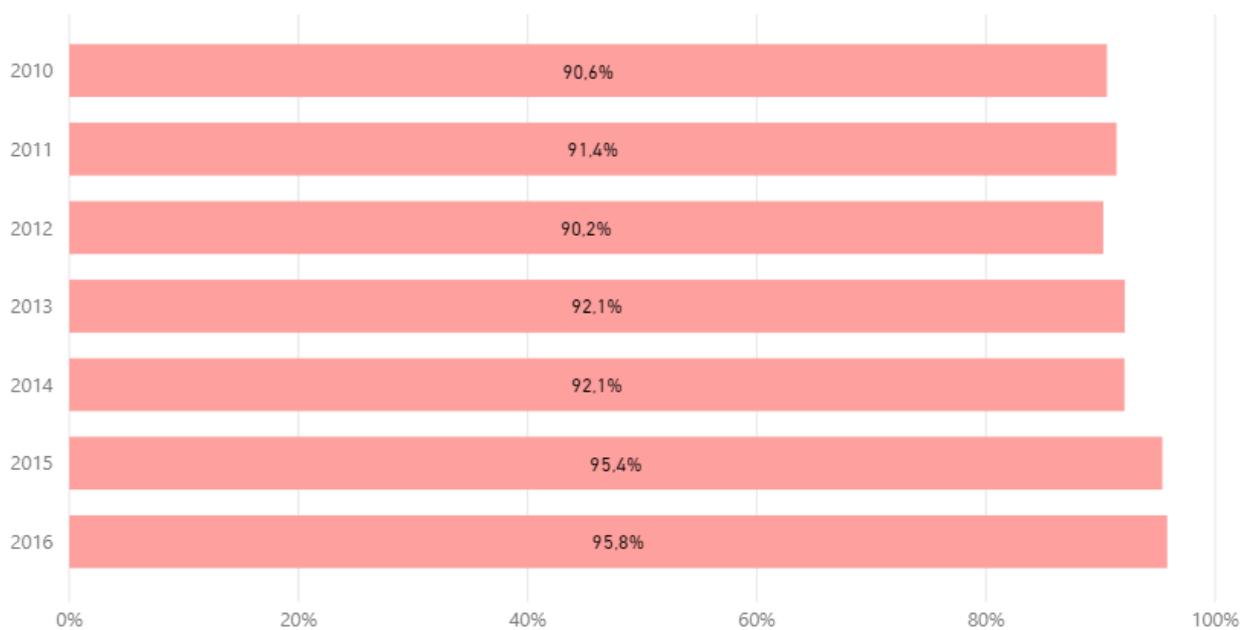


Figura 25. Percentagem de mestres da UNL que, no momento da inquirição, voltariam a escolher o mesmo estabelecimento de ensino

## 4. Doutores

### 4.1. Situação perante a atividade dos doutorados

A situação dos doutorados perante a atividade apresenta diferenças significativas em relação à dos licenciados e mestres. A mais relevante diz respeito à percentagem de inativos. Contrariamente ao observado nos dois níveis de ensino anteriores, esta não sofre qualquer aumento nas coortes de 2015 e 2016. Em rigor, conhece mesmo uma redução em 2016, ano em que o número de doutorados empregados ascende a 94,6% (Figura 26). Já no que respeita aos desempregados, a tendência evolutiva é a mesma que encontramos entre licenciados e mestres. A percentagem de desempregados, que atingia o elevado número de 9,1% na coorte de 2012, não ia, na de 2016, além da marca de 2,4%.

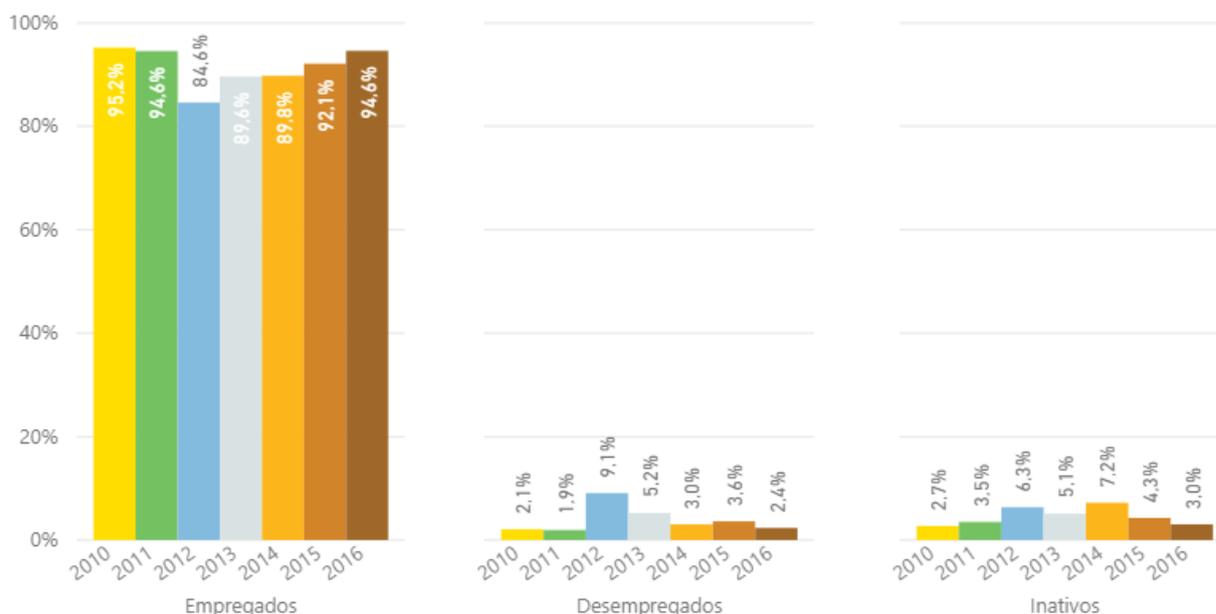


Figura 26. Situação perante a atividade dos doutorados

### 4.2. Percentagem de doutorados que prosseguiram estudos

Quanto ao prosseguimento de estudos, a percentagem de doutorados que afirmavam continuar a estudar sempre teve alguma expressão, pelo menos desde 2010, atingindo em algumas coortes, nomeadamente nas duas últimas, níveis especialmente elevados (Figura 27), superando um quinto do total.

Como se pode verificar, praticamente todos os estudantes doutorados se encontravam a trabalhar, embora o número de desempregados nestas circunstâncias tenha aumentado abruptamente na coorte de 2016,

situação que deverá ser acompanhada na análise das coortes futuras, devendo apurar-se em que medida se mantém ou se foi apenas pontual.

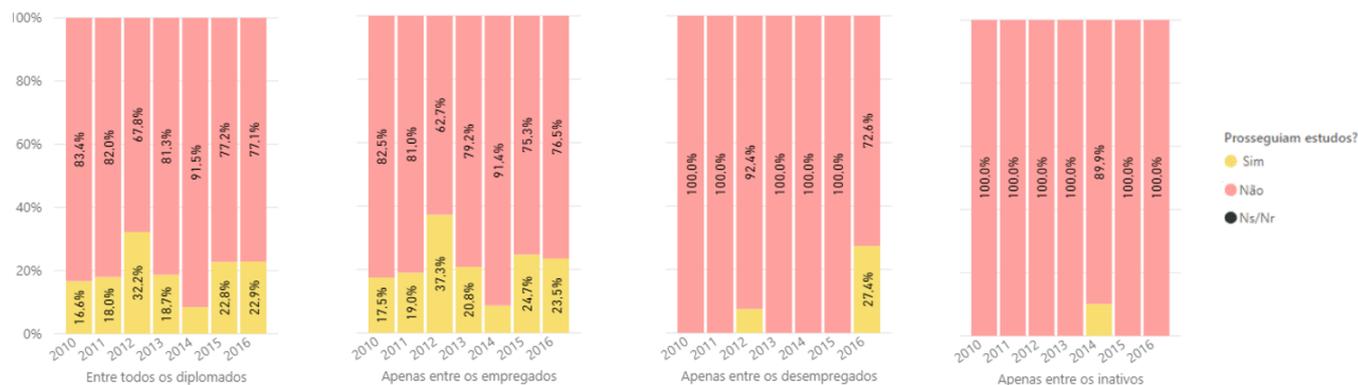


Figura 27. Percentagem de doutorados que prosseguiram os estudos

#### 4.3. Proporção de bolseiros de investigação, mestrado, doutoramento ou pós-doutoramento no total de doutorados

Se nos questionarmos acerca da importância que as bolsas de investigação e de pós-doutoramento adquiriam na formação do emprego dos doutorados, verificamos que ela é pouco significativa, perfazendo, na coorte mais recente, apenas pouco mais de um décimo do total (Figura 28). Em todo o caso, o aspeto mais importante a registar é, sem dúvida, o de que a proporção de doutorados que contavam com bolsas enquanto expediente de integração na investigação tem vindo a decrescer de forma acelerada todos os anos, com breve interrupção da curva descendente na coorte de 2012: de um máximo de 44,1% de doutorados que dispunham de bolsa na coorte de 2010, atingiu-se um mínimo de 10,9%, em 2016. Neste último ano é bem provável que tenha contribuído para esta redução a não abertura, em 2017, de concursos para a atribuição de Bolsas de Pós-Doutoramento pela FCT.

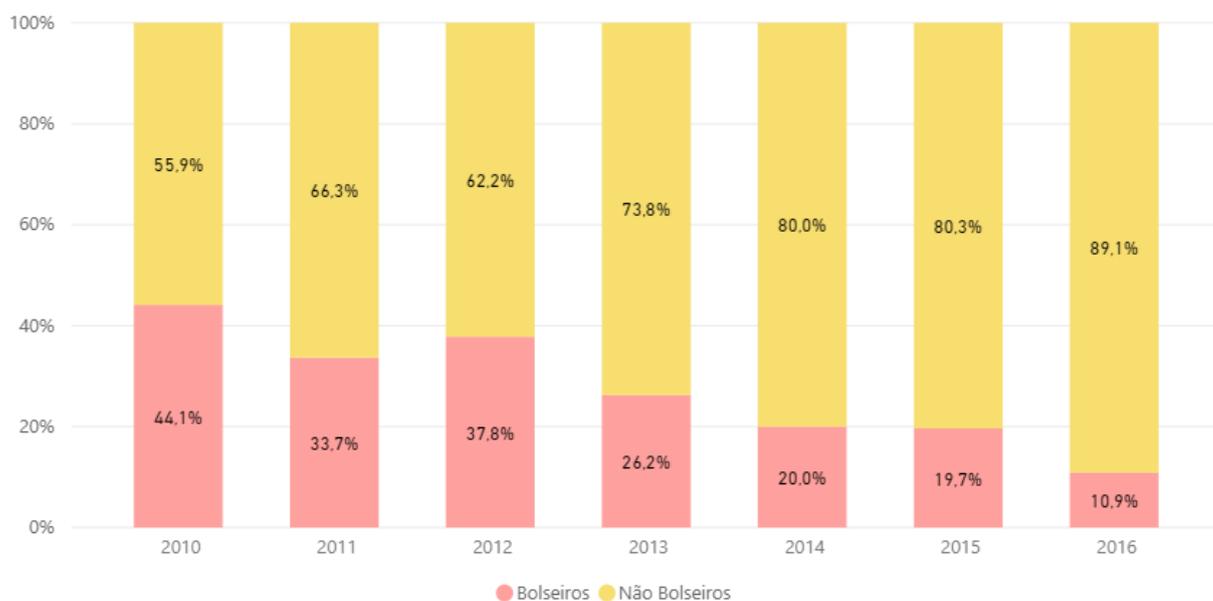


Figura 28. Proporção de bolsheiros de investigação, mestrado, doutoramento ou pós-doutoramento no total de doutorados

#### 4.4. Taxas de Emprego e Desemprego dos doutorados e número de doutorados inscritos em centros de emprego para procurar um emprego

Os dados respeitantes à “situação perante o emprego” deixavam facilmente adivinhar as taxas de emprego e desemprego que se observam na Figura 29. No ano de 2016, a taxa de emprego situou-se em 94,6%, ao passo que a de desemprego não foi além de 2,4%, dado ratificado pelo número também muito baixo de indivíduos dessa coorte que se encontravam inscritos em Centros de Emprego para procurar trabalho: 0,7%. É, no entanto, fundamental reter que a taxa de desemprego dos doutorados chegou a atingir 3,8% na coorte de 2015 e a tanger os 10% na de 2012, mesmo com o número recorde de 6,1% de inativos registado nesse ano.

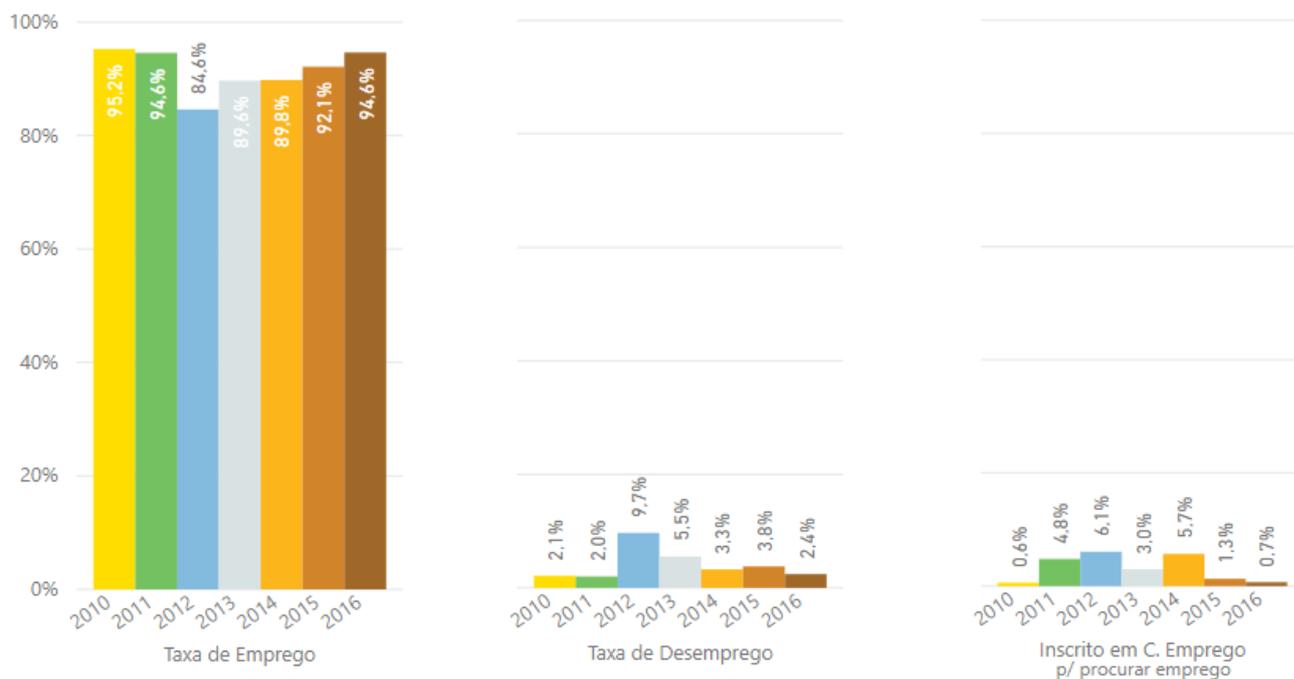


Figura 29. Taxas de Emprego e Desemprego (calculadas segundo os critérios do INE) e número de inscritos em centros de emprego para procurar um emprego, dos doutorados da UNL, um ano após a conclusão do grau

#### 4.5. Ajustamentos vertical e horizontal da atividade profissional dos doutorados

Relativamente à convergência entre tipo de emprego e o nível de ensino ou o conteúdo da formação, constatamos que os indicadores relativos ao nível de “ajustamento vertical” (Figura 30) e ao “ajustamento horizontal” (Figura 31) continuam a manter-se bastante elevados em 2016 (respetivamente 98,7% e 93%). Além disso, não sofrem oscilações descendentes ao longo dos sete anos em análise. Na realidade, os níveis de “ajustamento horizontal” parecem, aliás, ter registado melhorias nos dois últimos anos inquiridos.

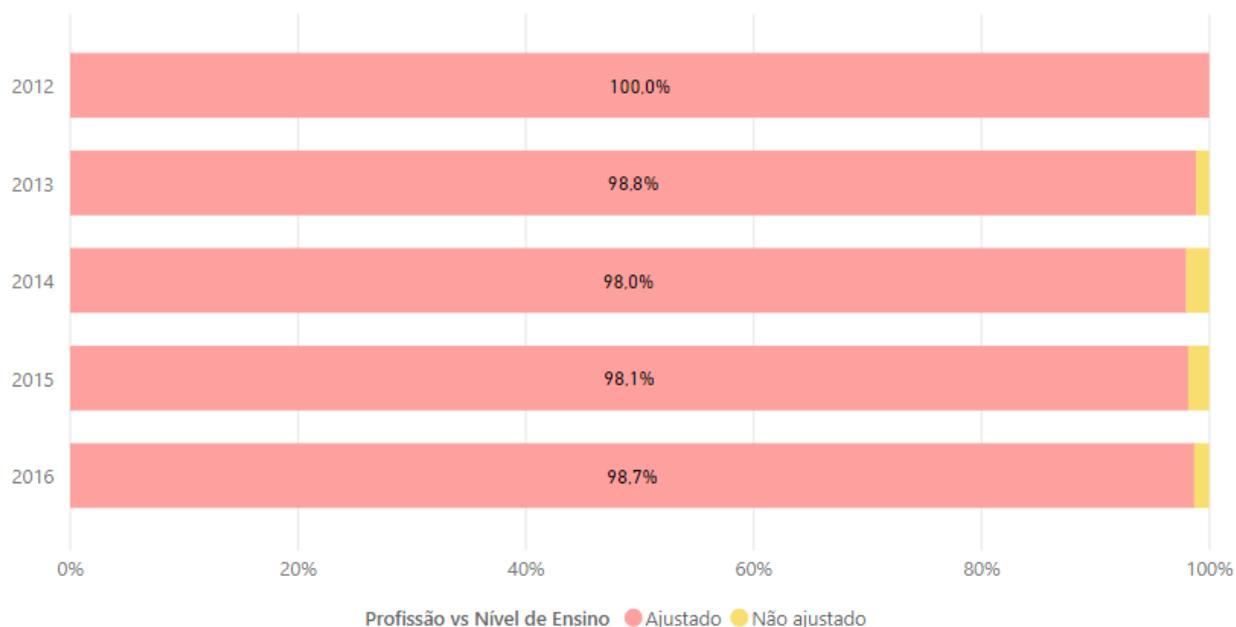


Figura 30. Ajustamento entre a atividade profissional e o nível de instrução dos doutorados da UNL, um ano após a conclusão do grau

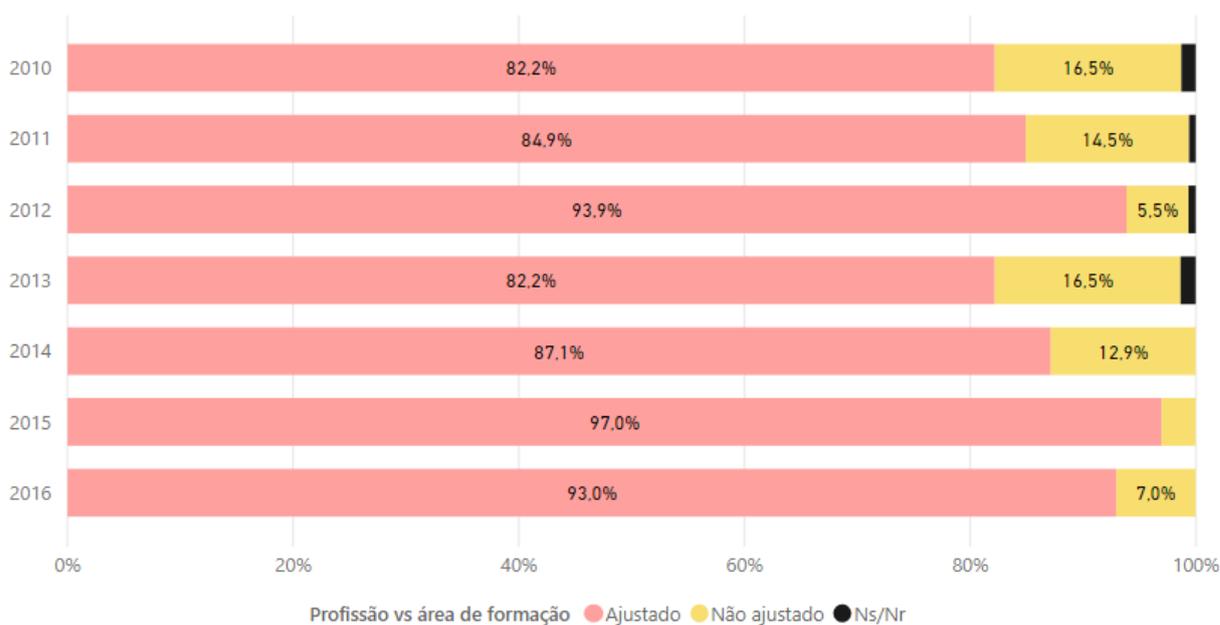


Figura 31. Ajustamento declarado entre a atividade profissional e a área científica de formação dos doutorados da UNL, um ano após a conclusão do grau

#### 4.6. Níveis médios de remuneração líquida dos doutorados

Em termos evolutivos, os níveis de rendimento (Figura 32) acompanham as tendências registadas entre licenciados e mestres. No entanto, a flutuação foi muito menos acentuada, facto para o qual terá contribuído a

tabelização das bolsas de investigação, e de pós-doutoramento de que muitos beneficiavam. Além disso, as médias remuneratórias foram muito superiores às observadas nos dois níveis de formação mais baixos. Em 2016, os rendimentos dos doutores eram superiores em cerca de 476 euros aos obtidos pelos mestres e em 794 euros aos auferidos pelos licenciados, ou seja, os doutorados ganhavam quase o dobro dos licenciados. Naturalmente, para a explicação destas discrepâncias concorrem outros fatores que não apenas o grau de formação, nomeadamente as idades médias dos doutorados e o tempo de permanência no mercado de trabalho.

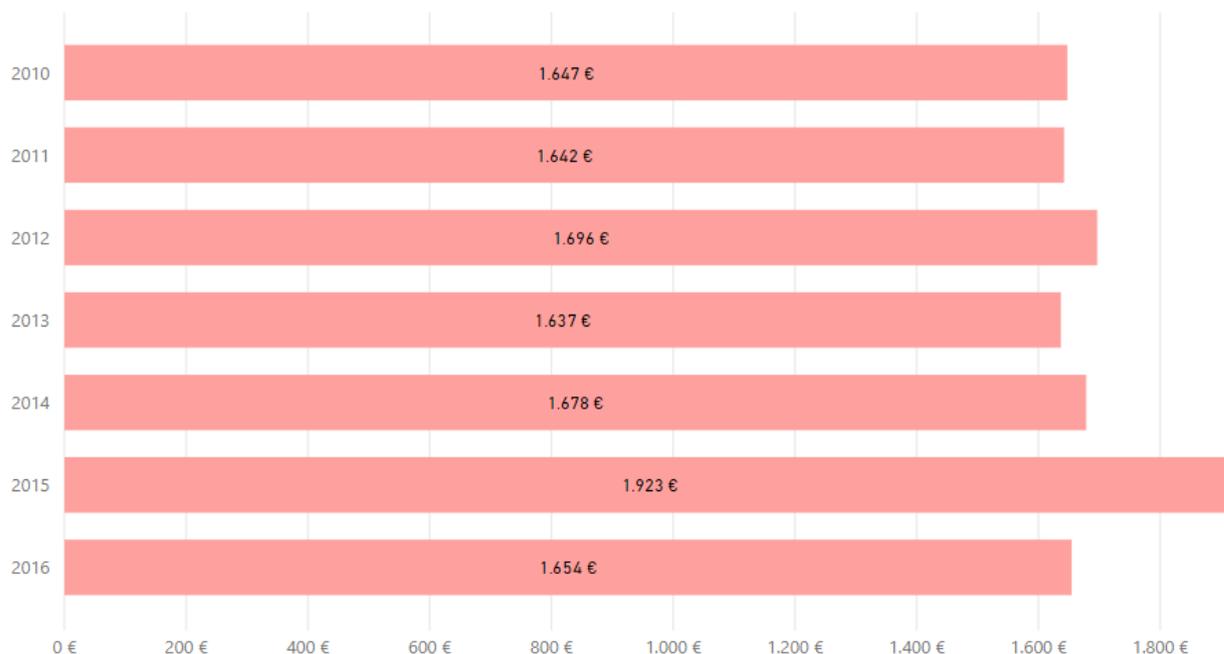


Figura 32. Níveis médios de remuneração líquida dos doutorados da UNL, um ano após a conclusão do grau

#### 4.7. Natureza jurídica da entidade empregadora dos doutorados

Focalizando a atenção na natureza jurídica das entidades nas quais os doutorados exerciam a sua atividade (Figura 33), verificamos que o peso do emprego no Estado é bastante superior ao que encontramos entre mestres e licenciados. No entanto, o padrão evolutivo não deixa de ser semelhante. Também entre doutorados se observa, com flutuações entre as coortes, um aumento do emprego em empresas privadas. Basta, para o efeito, constatar que estas vêm a sua importância duplicar, de 14,6% para 30%, de 2010 para 2016. Ao mesmo tempo, a percentagem de indivíduos empregados no setor público reduz-se. Se somarmos o número dos que trabalhavam em “Organismos da Administração Pública” com o daqueles que trabalhavam em “Empresas Públicas ou Mistas”, verificamos que o resultado deste somatório perfazia 85,4% em 2010, ao passo que, em 2016, não ia além de 61,7%.

A maior diferença evolutiva registada entre doutorados, por um lado, e licenciados e mestres, por outro, pode contudo ser encontrada no peso relativo das ONG, IPSS e Fundações. Entre doutorados, o peso destas entidades não só cresce nas duas últimas coortes, como alcança o valor nada dispiciendo de 7,6% em 2016. É possível que tenha aqui assumido especial significado explicativo a transição de algumas entidades do ensino superior para o regime fundacional. Se se vier a confirmar esse dado, a quebra registada do emprego na Administração Pública não atingirá níveis tão expressivos em 2016 quanto os que são sugeridos pela figura em baixo.

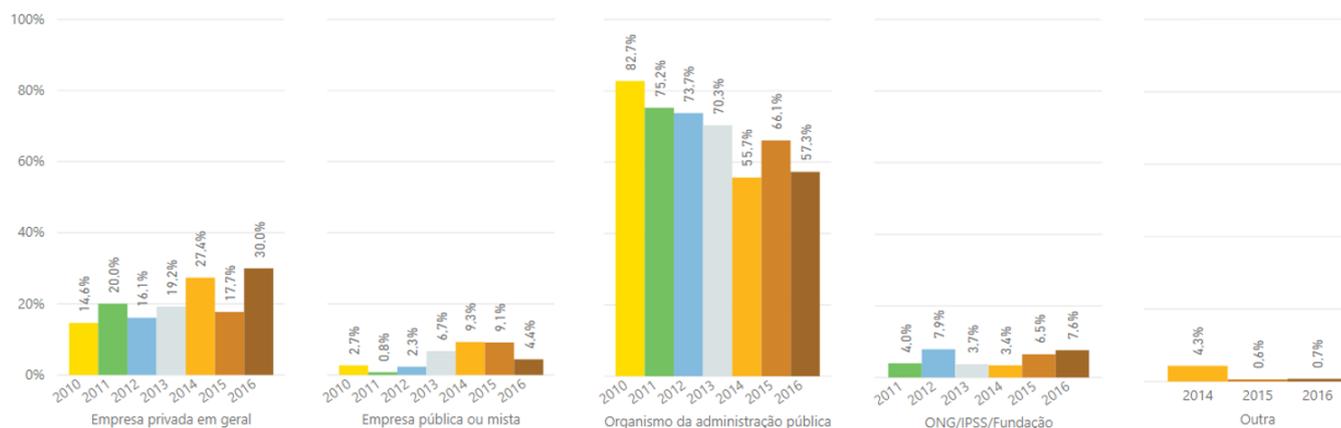


Figura 33. Natureza jurídica da entidade empregadora dos doutorados da UNL, um ano após a conclusão do grau

#### 4.8. Setores de atividade em que os doutorados exercem a sua profissão

A importância do emprego por setores de atividade ajuda a esclarecer-nos acerca da natureza da alteração da estrutura de emprego responsável pela perda de importância do setor público. Cremos que ela se deve, acima de tudo, à quebra vertiginosa da relevância do Setor da *Educação*, que ocorreu nas três coortes mais recentes. Com efeito, em 2016 este setor já só empregava pouco mais de metade dos doutorados, ao passo que em 2013 ultrapassava quase atingia 80% do total (Figura 34).

É importante acrescentar que o OBIPNOVA dispõe de dados acerca de duas coortes mais recuadas, que não figuram no presente relatório - as coortes de 2005 e de 2009. Ora, com base nessas informações, estamos em condições de revelar que o peso dos doutorados a trabalhar na *Educação* era, nesses anos, absolutamente esmagador, a ponto de facilmente se poder afirmar que a realização de um doutoramento por parte de indivíduos que não fossem docentes do ensino superior constituía uma situação rara. A realização de uma tese de doutoramento e a carreira universitária andavam, por assim dizer, a par.

Os dados indicam-nos ainda que o declínio relativo da *Educação* vai decorrendo, em larga medida, a par do aumento percentual do setor da *Saúde e da Ação Social*, alteração que se torna sobretudo legível nas coortes de 2015 e 2016.

Digno de realce é também o facto de, nas três últimas coortes (2014, 2015 e 2016), os doutorados fazerem a sua primeira aparição no *Setor da Banca e Seguros*. Além disso, a proporção de doutorados nas áreas das *Indústrias Transformadoras, Eletricidade, Água, Gás, Construção e Obras Públicas* registou o seu peso mais elevado em 2016. Estas informações parecem sugerir um crescimento progressivo dos setores de atividade e do número de empresas que empregam doutorados da NOVA. Em todo o caso, trata-se de um dado recente, pelo que importa observar se terá continuidade na coorte de 2017, e que expressão irá alcançar.

Por último, merece menção o número extremamente reduzido de doutorados a prestar serviços na área do Comércio, Restaurante e Hotéis. Este setor não empregava, na coorte de 2016, mais do que 0,7% dos doutores, pelo que o contraste com o cenário observado junto dos mestres e, sobretudo, dos licenciados, é, neste aspeto, radical.

Setor de atividade	Coorte 2010		2011		2012		2013		2014		2015		2016	
	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n
Educação	70,4%	88	77,7%	124	72,1%	108	79,6%	153	59,5%	88	58,3%	110	50,7%	129
Saúde e ação social	9,7%	12	5,8%	9	6,0%	9	7,6%	15	10,7%	16	24,1%	45	21,1%	54
Serviços prestados às empresas	6,5%	8	3,6%	6	2,2%	3	1,8%	4	9,9%	15	1,1%	2	6,2%	16
Administração Pública, central e local	3,2%	4	4,2%	7	3,2%	5	4,8%	9	7,2%	11	1,9%	4	4,3%	11
Serviços artísticos e culturais	4,8%	6	2,6%	4	6,4%	10	1,7%	3	1,4%	2	2,3%	4	3,9%	10
Indústrias transf., eletr., água, gás e construção e obras públicas	1,2%	2	4,0%	6	3,3%	5	0,5%	1	2,0%	3	2,3%	4	4,5%	12
Bancos e seguros	0,8%	1							4,1%	6	2,5%	5	3,0%	8
Outra situação											3,4%	6	2,1%	5
Comércio, restaurantes e hotéis	0,8%	1	1,3%	2			1,4%	3	1,1%	2	1,4%	3	0,7%	2
Justiça	0,8%	1			1,3%	2			2,2%	3	0,5%	1	1,5%	4
Ns/Nr	1,8%	2	0,9%	1	1,3%	2	0,6%	1					0,7%	2
Organismos internac. e outras Instituições extraterritoriais					1,7%	3			2,0%	3				
Transportes e comunicações							0,5%	1			2,2%	4		
Agricultura, pesca e indústrias extrativas					2,4%	4							0,6%	2
Defesa Nacional							1,5%	3					0,5%	1
<b>Total</b>	<b>100,0%</b>	<b>125</b>	<b>100,0%</b>	<b>160</b>	<b>100,0%</b>	<b>150</b>	<b>100,0%</b>	<b>192</b>	<b>100,0%</b>	<b>148</b>	<b>100,0%</b>	<b>188</b>	<b>100,0%</b>	<b>255</b>

Figura 34. Setores de atividade em que os doutorados da UNL exercem a sua profissão, um ano após a conclusão do grau

#### 4.9. Situação dos doutorados na sua profissão

Já quando se trata de analisar a “situação dos doutorados na profissão” (Figura 35), observamos que esta se aproxima, do ponto de vista evolutivo, da evolução registada entre mestres e licenciados, proximidade que se manifesta a três níveis: em primeiro lugar, a percentagem do trabalho por “conta de outrem” é muito elevada; em segundo, o “trabalho por conta própria” é maior junto das coortes de 2011, 2012 e 2013, precisamente aquelas que iniciaram a sua atividade profissional nos anos mais marcados pela crise económica; por fim, o

trabalho “por conta própria” volta a reduzir-se em 2014 e 2015, embora se reforce de novo em 2016. Com efeito, neste último ano o seu número ascende a 8,4%, sendo superior ao registado em qualquer das coortes anteriores. Trata-se, claramente, de uma contratendência cujo significado terá que ser esclarecido, examinando-se dados mais detalhados acerca das atividades profissionais concretas dos doutorados de 2016, e aguardando os dados relativos à coorte de 2017.

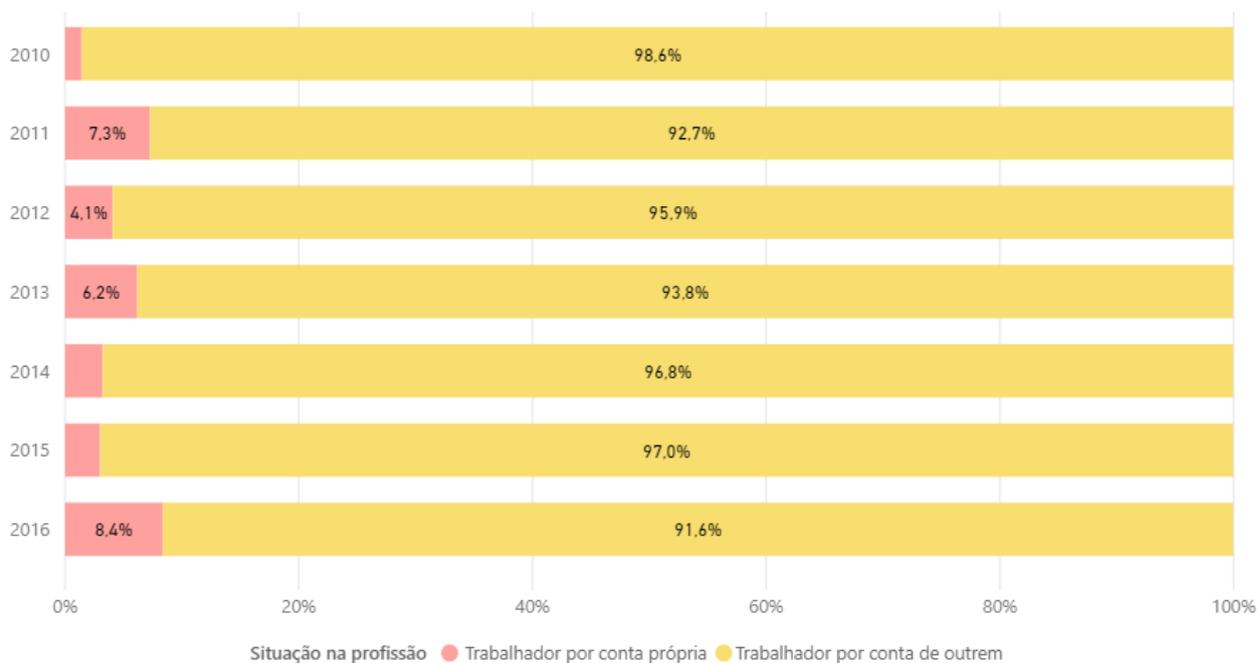


Figura 35. Situação dos doutorados na sua profissão

#### 4.10. Posicionamento dos doutorados face à possibilidade de emigrarem

A intenção de emigrar manifestada pelos doutorados é também muito semelhante, em termos evolutivos e em volume, à registada entre os mestres. Também no caso dos primeiros foi, tanto em 2015, como em 2016, muito menor do que nas coortes anteriores (Figura 36). Na fileira de 2016, a percentagem dos que “não consideravam a possibilidade de emigrar” ou que “só a equacionavam de forma vaga” ascendia a 82,1%.

É importante acrescentar que o número de doutorados que já eram emigrantes é sempre superior a 5%, sendo, portanto, mais elevado do que aquele que encontramos junto dos licenciados e dos mestres. O valor mais alto registado verificou-se na coorte de 2012. Aí o número de emigrantes efetivos ultrapassou a fasquia dos 10%. É importante lembrar que, como dissemos em momento anterior, em resultado da dificuldade de contacto dos diplomados residentes no estrangeiro, o número de doutorados emigrantes se encontra subrepresentado em qualquer das coortes.

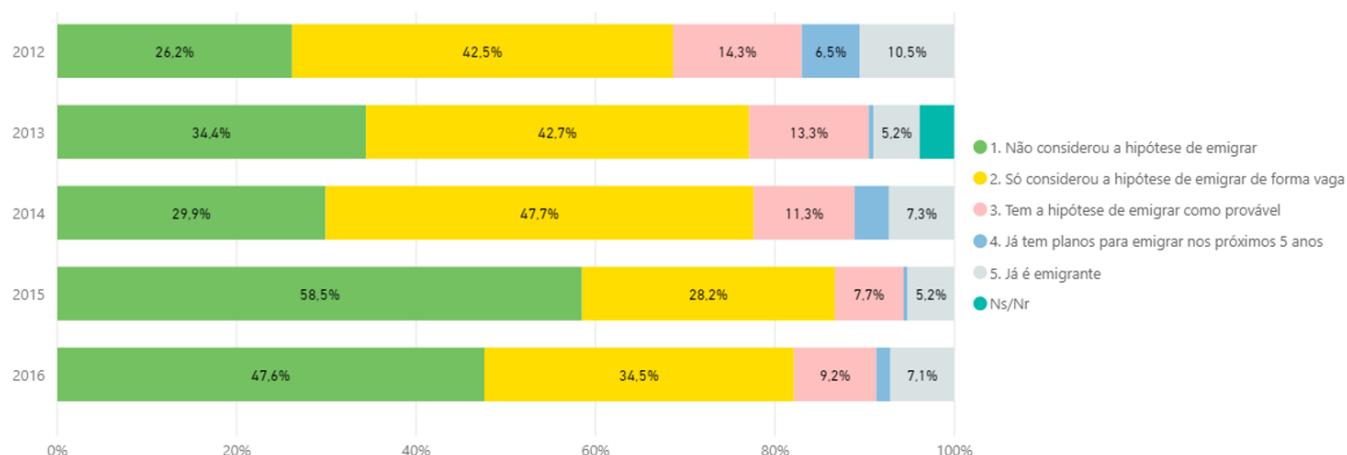


Figura 36. Posicionamento dos doutorados da UNL (apenas os de nacionalidade portuguesa), no momento em que foram inquiridos, face à possibilidade de emigrar

#### 4.11. Percentagem de doutorados que voltariam a escolher o mesmo Ciclo de Estudos e que voltariam a escolher o mesmo estabelecimento de ensino.

Finalizamos este documento com a apresentação dos indicadores da avaliação que os doutorados da NOVA produzem acerca dos cursos e das escolas onde realizaram os seus cursos (Figuras 37 e 38).

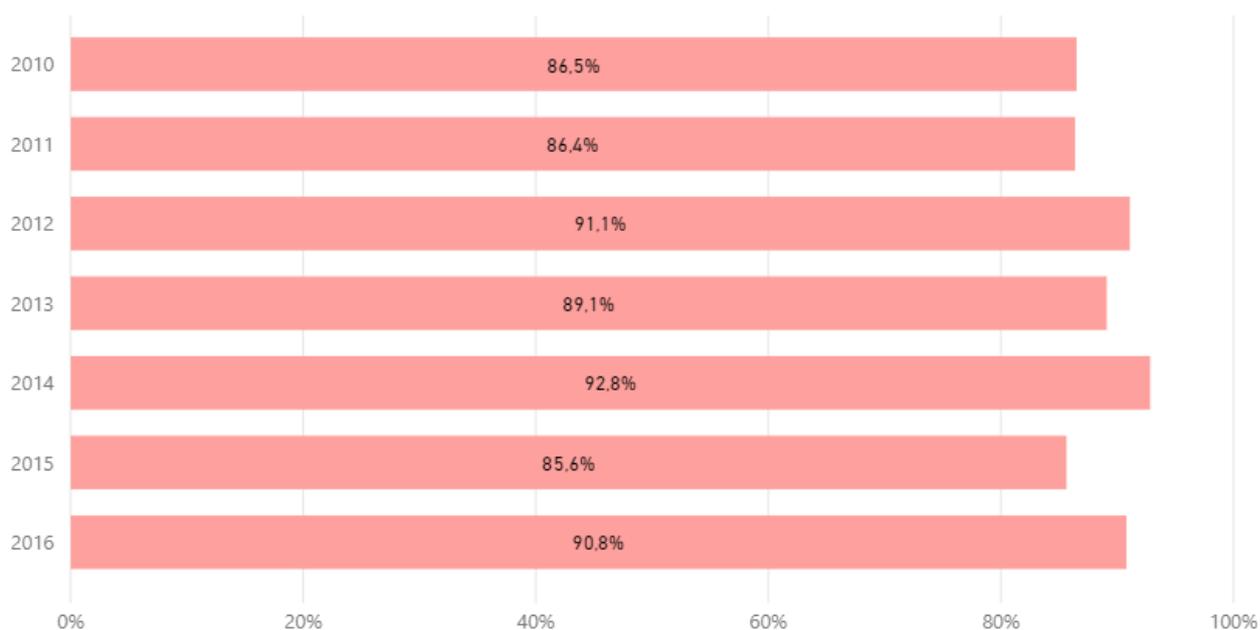


Figura 37. Percentagem de doutorados da UNL que, no momento da inquirição, voltariam a escolher o mesmo Ciclo de Estudos

Uma leitura transversal é suficiente para demonstrar que junto dos doutorados as declarações de intenção de escolha do mesmo curso e da mesma escola são novamente muito elevadas, e que não se observa qualquer tendência de decréscimo ao longo dos anos.

Não deixa de ser surpreendente, pela positiva, registar que, na coorte de 2016, nove em cada dez diplomados escolheriam o mesmo curso e que praticamente a totalidade dos inquiridos (97,8%) selecionaria a mesma escola, mesmo com a variedade significativa de ofertas educativas disponíveis a nível nacional e internacional.

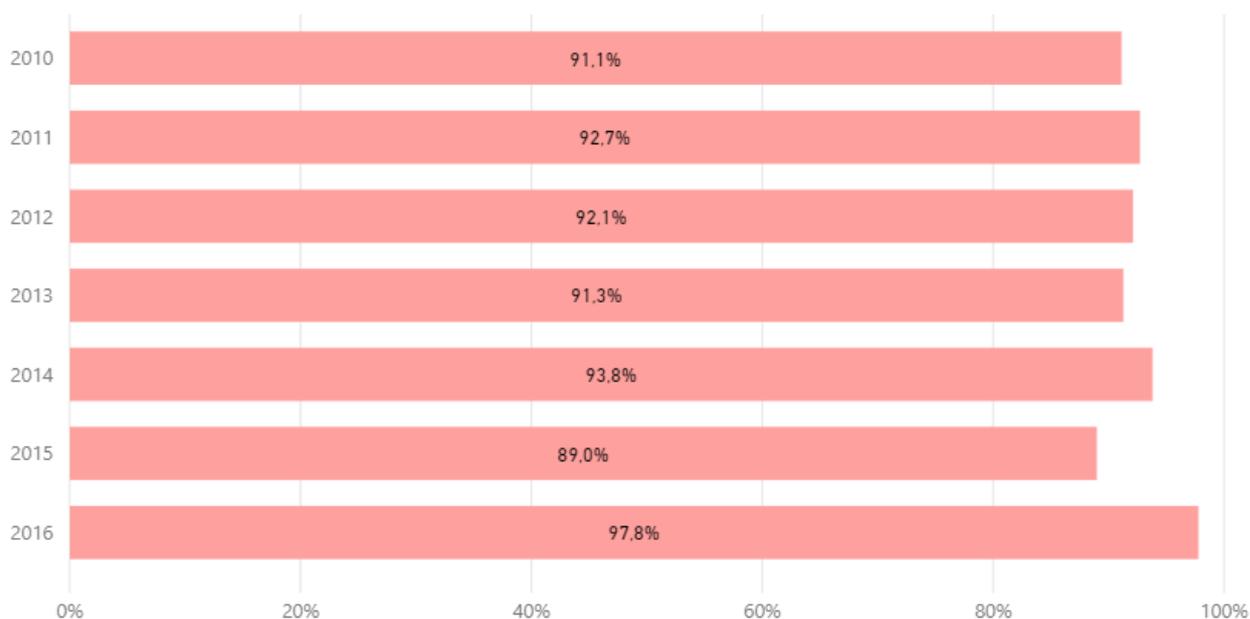


Figura 38. Percentagem de doutorados da UNL que, no momento da inquirição, voltariam a escolher o mesmo estabelecimento de ensino